

IDEOLOGIA BRASILEIRA E CRÍTICA LATINO-AMERICANA: AS RAÍZES HISTÓRICAS DE UMA AGONIA

Oswaldo Coggiola

Herdeira do pensamento nacionalista da primeira metade do século XX, radicalizada no esteio da Revolução Cubana, a tradição intelectual crítica latino-americana, em especial brasileira, perdeu visivelmente fôlego na década de 1980, até mostrar sinais de completo esgotamento na década de 1990, justamente quando alguns dos seus principais representantes, em especial acadêmicos, acediam ao poder político. A análise dessa trajetória é, portanto, inseparável da história econômica e política do continente durante o período mais recente.

A passagem das ditaduras militares para regimes democráticos, na América do Sul, em meados da década de 1980, foi um acontecimento de complexas dimensões. Dos novos regimes não se esperava apenas a mudança das normas políticas, mas também a afirmação independente das nações latino-americanas (ou a “verdadeira” e definitiva constituição das mesmas), assim como o combate às desigualdades sociais. Do ponto de vista estritamente político, não se tratou, nem poderia se tratar, da volta ao *status quo ante*, nem da simples reedição das alianças políticas e de classe existentes antes do “interregno” militar. Isto era particularmente válido para o Brasil, o país, dentre o conjunto da América Latina, que produzira a maior e mais densa tradição crítica quanto aos rumos seguidos desde a sua constituição como sociedade independente, em todos seus aspectos: econômicos, sociais, políticos, culturais. O embasamento majoritariamente nacionalista (a-classista) dessa tradição (a idéia do Brasil como “país [capitalista] viável”) não impediu que esse aspecto também fosse objeto de crítica dentro da mesma, pontuando que “a chamada *Cultura Brasileira* existe apenas para seus ideólogos... A ideologia da Cultura Brasileira funcionou como elemento de integração, num sistema cultural e político maior, de forças antagônicas, dissolvendo, no plano dos discursos ideológicos, as contradições que poderiam alterar as condições do controle social em vigência... No processo de formação da sociedade de

classes, a noção liberal de Cultura Brasileira teve o papel de diluir as tensões, permitindo "a liberdade de expressão" em múltiplas direções, na produção de instrumental crítico voltado contra a sociedade oligárquica (o Brasil "arcaico") e, nos apelos e entusiasmos à mobilização da cultura popular (com) manifestações de pensamento radical, que por vezes logrou abrir brechas no sistema... No plano conceitual, o sistema ideológico em que estava imbricada a ideologia da Cultura Brasileira continha outros componentes, como a da "consciência nacional"... conferindo à "consciência coletiva" uma objetividade intencional. Essas noções ideológicas excluem categorias de análise, que auxiliariam na instauração de um possível discurso científico".¹

Em pouco tempo, os rumos seguidos pelos novos governos civis latino-americanos começaram a desfazer as ilusões, quanto à possibilidade de se atingir os objetivos sociais e nacionais através de mudanças apenas políticas (isto é, que não tocassem as relações de propriedade). No quadro da crise econômica mundial, o conteúdo econômico dos governos civis foi, não o de opor uma resistência limitada ao imperialismo, mas o de aprofundar a entrega nacional, levando-a a níveis inéditos, inclusive se comparada com as ditaduras militares. Nem sequer os governos com maior base burguesa nacional puseram em questão o pagamento da dívida externa, inclusive quando esse pagamento se tornou impossível diante das exauridas reservas nacionais. O governo Collor, por exemplo, aceitou o princípio do pagamento dos juros como garantia para a renegociação do pagamento da dívida impagável. O governo mexicano foi mais longe, entrando em cheio no Plano Brady, o qual, sob pretexto de reduzir a dívida externa em US\$ 10 bilhões, aumentou a dívida interna em US\$ 30 bilhões, transformando-a num fator direto de sucateamento e de entrega da economia nacional. Os principais governos civis aceitaram o princípio da "capitalização da dívida", liquidando o aparelho produtivo, e entregando, em troca dos títulos desvalorizados da dívida, aceitos pelo seu valor nominal ou de face, o patrimônio nacional: no Brasil, Fernando Collor de Mello acabou com a histórica reserva de mercado para os setores estratégicos (informática, petroquímica); no México, questionou-se até a nacionalização do petróleo (conquista histórica da revolução mexicana); na Argentina foram privatizadas as

¹ Carlos Guilherme Mota. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1980, pp. 283-284.

linhas aéreas, e todo o sistema de comunicações. Os "modelos" deste "liberalismo modernizante" (Chile e Bolívia) falaram por ele. No Chile, em 1965, 96% das exportações estavam compostas por matérias primas; em 1986 (depois de 13 anos de "liberalismo" pinochetiano) essa percentagem era ainda de 92%, a diferença de 4% era produto da lenta recuperação da desindustrialização operada entre 1973 e 1986, que levou o desemprego de 4,7% a 25,7%. Esse fabuloso exército industrial de reserva não provocou, no entanto, nenhuma corrente de inversões produtivas estrangeiras, devido à crise capitalista mundial.

A estrutura do atraso econômico relativo da América Latina não só se manteve intocada, mas se aprofundou. Na Bolívia, a economia afundou, os investimentos estrangeiros não chegaram, e o desemprego, no caso da COMIBOL (minérios) chegou a 75%, com os mineiros transformados em nômades, que se deslocaram em barracas a procura de emprego, enquanto a massa camponesa viu-se obrigada a sobreviver através da plantação ilegal de coca (destinada à pasta-base de cocaína). O estanho só produzia US\$ 70 milhões anuais (as exportações de pasta de cocaína, US\$ 600 milhões). Na Argentina, já sob a "democracia" radical-alfonsiniana, triplicou o número de pobres, que atingiu 18 milhões, com 3 milhões de crianças anêmicas, e 1,5 milhão de pessoas abaixo do limite de sobrevivência; a emigração atingiu 3 milhões de pessoas (10% da população total) incluídos quase todos os quadros técnicos e científicos. No México, o avanço do latifúndio e a crise industrial fizeram com que os trabalhadores agrícolas sem-terra passassem de 1,5 milhão em 1950 (30% da força de trabalho) para mais de 6 milhões (60% dessa força de trabalho), preparando uma crise agrária que explodiria na década de 1990. O conjunto da América Latina, que detinha 12% das exportações mundiais em 1950, passou para 5,4% em 1975, e para 4% em 1990. Na década de 1980, em apenas três anos (1981 a 1983) a América Latina pagou 81,7 bilhões de dólares de serviço da dívida, aproximadamente o dobro do que pagara na década de 1970. Em 1982 o governo mexicano não conseguiu continuar pagando a sua dívida e declarou moratória. Os banqueiros privados internacionais reagiram interrompendo os créditos novos para os países devedores, inviabilizando assim a rolagem da dívida externa e provocando o surgimento do FMI como assegurador do pagamento da dívida externa através do processo de reprogramação e refinanciamento das dívidas. O FMI, criado com a função básica de fornecer recursos financeiros, tal como um banco, para

aqueles países que apresentassem déficits nas contas externas, passou a ser um órgão gerenciador dos países endividados, utilizando as "cartas de intenções" para implementar os programas de ajuste de caráter "neoliberal".

A tradição crítica precedente verificou-se incapaz de enfrentar esse processo. Há mais de uma década, constatava-se que "o capitalismo como sistema econômico deslumbrou todos os autores que erigiram, nos anos 1970, a 'teoria da dependência'. O 'pós-marxismo' deste grupo se caracteriza por uma reivindicação tão eufórica desse modo de produção que mais de um leitor pode se surpreender se associar esta corrente à denúncia da exploração imperialista. Já não tem sentido, por exemplo, vincular o nome de [Ruy Mauro] Marini com o 'intercâmbio desigual' ou com a "super-exploração". Seus textos recentes revelam um fascínio pela "pujança do capital", e por sua suposta capacidade para pôr um 'ponto final' à crise. Tampouco é lógico vincular [Theotônio dos] Santos com o sufoco colonialista do desenvolvimento autônomo da América Latina. Em sua opinião as novas tecnologias imprimiram uma "onda longa de crescimento" à economia, que teria tornado obsoleta a temática tradicional do 'dependentismo'. Menos sentido ainda há em recordar [André] Gunder Frank como o desbocado questionador das burguesias *lumpen* da América Latina. Agora julga conveniente trasladar as idéias do socialismo aos museus arqueológicos, não perder tempo para o estudo das maravilhas "competitivas" do capitalismo. Todos os "ex-dependentistas" se encontram atualmente próximos em ponderar os "novos processos de industrialização" regional, apontados pelas "novas burguesias", e encarrilhados nos 'novos mecanismos de integração', que seriam a chave mestra para o desenvolvimento. Somente a perversa ação do 'neoliberalismo' estaria retardando este transbordante ingresso da região ao "Primeiro Mundo"².

² Cláudio Katz. O pós-marxismo: uma crítica. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Marxismo Hoje*. São Paulo, Xamã, 1994, p. 55. A evolução de Gunder Frank, por exemplo, evidencia as limitações da crítica ao "dualismo" dos autores que combinaram de modo eclético a noção marxista de *imperialismo* com a noção cepalina de *subdesenvolvimento*: "La historia del Brasil es, quizá, el caso más claro de ambos aspectos de subdesarrollo, nacional y regional. La expansión de la economía mundial desde el comienzo del siglo XVI convirtió paulatinamente el nordeste, el interior de Minas Gerais, el norte y el centro-sur (Río de Janeiro, São Paulo, Paraná) en economía de exportación y las incorporó a las estructuras y al desarrollo del sistema capitalista mundial. Cada una de estas regiones sufrió lo que pudo parecer un desarrollo económico durante el período de su respectiva edad de oro. Pero fue un desarrollo satélite que no era ni autogenerado ni autopropetuido. Según fue declinando el mercado o la productividad de las primeras tres regiones, el interés de la economía

A evolução da intelectualidade latino-americana é parte do processo geral. Na sua grande maioria, ela é protagonista, não já de uma "demissão" (como denunciou, em outras eras, Julien Benda), mas de uma cumplicidade com a entrega, com argumentos às vezes "humanitários" ou "democráticos", adaptando-se às modas intelectuais passageiras das metrópoles e submetendo-se, ela também, a um grau de colonização mental sem precedentes históricos, onde o único que vale é produzir *papers* para os congressos internacionais (ou para as revistas "indexadas", em inglês), na busca de uma migalha no banquete dos "gurus" intelectuais do chamado Primeiro Mundo. Certamente, já não se trata dos "grandes intelectuais" da primeira metade do século XX, que produziam uma visão "totalizante" da sociedade nacional, se movimentando numa zona intermediária entre a teoria sociológica e a literatura, que Juan Marsal denominara "para-sociologia".³ Sob ângulos diversos já foram produzidas análises da contemporânea "integração intelectual".

James Petras também constatou uma geral cooptação da intelectualidade (não só) latino-americana para o novo credo capitalista, em suas diversas variantes, uma mudança "do igualitarismo à mobilidade social, do coletivismo a um obscuro "bem-estar social", do antiimperialismo à 'interdependência'. Estruturalmente, os intelectuais da América Latina deixaram de ser intelectuais orgânicos conectados e dependentes dos movimentos populares, para tornarem-se intelectuais institucionais atados a agências de financiamento e suas prioridades intelectuais. As ditaduras criaram indiretamente uma nova classe de intelectuais, com inclinações 'internacionais', crítica aparente do modelo econômico neoliberal, mas tão profundamente atadas a relações dependentes com as redes estrangeiras como seus supostos adversários às elites financeiras e exportadoras. Essa nova classe tem um estilo de vida e trabalho que contrasta severamente com as gerações precedentes de intelectuais orgânicos. O problema do compromisso intelectual está relacionado com a

doméstica y extranjera se fue desvaneciendo; y fueron abandonadas para que desarrollaran el subdesarrollo en que viven actualmente. En la cuarta región, la economía del café sufrió un destino similar, aunque no tan serio. Toda esta evidencia histórica contradice la tesis generalmente aceptada de que los latinoamericanos sufren de una sociedad dual o de una supervivencia de las instituciones feudales y que éstos son obstáculos importantes a su desarrollo económico" (André Gunder Frank. *El Desarrollo del Subdesarrollo*. Madri, Zero, 1974).

³ Juan F. Marsal. ¿Qué es un intelectual en América Latina? In: Bennet M. Berger et al. *Los Intelectuales Políticos*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971, pp. 85-110.

audiência a que cada qual se dirige: o intelectual institucional escreve para, e trabalha dentro de, os limites de outros intelectuais institucionais, seus padrões estrangeiros, suas conferências internacionais. Como ideólogos políticos, estabelecem fronteiras com a classe política liberal... Em seu sentido mais amplo, a ascensão dos intelectuais institucionais, e o declínio dos intelectuais orgânicos, representam uma contra-revolução cultural, um grande salto para trás”.⁴

Se essas constatações eram sobretudo empíricas, a década de 1990 testemunhou um salto qualitativo na tendência apontada, do qual o governo FHC, no Brasil, foi paradigma continental: “A *intelligentsia* latino-americana está no governo. São os intelectuais contestadores ou críticos das décadas de 60 e 70, muitos deles vítimas dos regimes militares da época, perseguidos e desterrados. Foram opositores das ditaduras, flertaram ou aderiram à esquerda, proclamaram-se nacionalistas e socialistas - ou ambas ao mesmo tempo - e também revolucionários. Fizeram parte da geração que foi testemunha e protagonista do impacto continental da revolução cubana de 1959. É a intelectualidade que freqüentou as aulas da universidade quando, a partir do pós-guerra, uma verdadeira explosão de matrículas estendeu-se por todos os interstícios do ensino superior. São, pois, os intelectuais que se formaram em uma época muito particular deste século, a do *boom* econômico que se segue às duas guerras mundiais e à crise generalizada prevalecente na primeira metade da centúria. Generaliza-se na universidade, o estudo do "desenvolvimento" como um ramo específico da economia e das ciências sociais. Enquanto os economistas se preocupam com o atraso e o crescimento, com a dependência e a decolagem do processo de desenvolvimento, os sociólogos procuram uma órbita mais ampla para explicar o acesso à "modernização". O contexto geral é de otimismo, de fé no progresso. Criam-se novas carreiras e disciplinas na área das denominadas ciências humanas e renovam-se as instituições herdadas da etapa mais conservadora e elitista do ensino superior, normalmente vinculada à reação política ou ao clero. Ocupamo-nos da intelectualidade que constitui as primeiras "promoções" de "cientistas sociais" desta época. É a *intelligentsia* que debutará com seus cursos de pós-graduação no exterior e ostentará seu respectivo diploma de uma

⁴ James Petras. Os intelectuais em retirada. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Marxismo Hoje*. São Paulo, Xamã, 1994, p. 19.

universidade anglo-saxã ou européia com distinção quase hierárquica e irá inaugurar o "modelo" dos títulos de *master* e os doutorados em solo nativo”.⁵

A transformação da intelectualidade outrora “crítica” em gestora do processo de valorização do capital, em suas formas históricas mais regressivas, não poderia ser explicada pela simples corrupção material (embora esta tivesse um importante papel). A própria “crítica” do passado devia ser submetida ao crivo da crítica, que evidenciasse o nexos entre as insuficiências (ou erros) da crítica pretérita, e o posicionamento hodierno. A crítica passada ao “populismo” levava à conclusão de que a opressão imperialista não existia, a chamada "questão nacional" era uma invenção do próprio nacionalismo, ou uma colocação errônea, fruto de suas limitações. Acreditava-se ver a confirmação destas teses na conduta da própria burguesia nacional, assim como no fracasso dos governos nacionalistas e desenvolvimentistas dos anos 50 e 60. Tudo isso foi exposto de uma forma tortuosa no livro escrito pelo próprio FHC e Enzo Faletto, no final da década de 1960, *Dependência e desenvolvimento na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica*, best-seller de todo o continente.⁶ O livro concentrava-se no estabelecimento de uma tipologia das economias latino-americanas, nas quais o "atraso" aparecia como resultado de um processo histórico de "dependência" no qual se combinavam as variáveis econômicas, sociais e políticas, numa "estrutura" determinada (economias de controle nacional, economias de enclave, etc.). O ponto fundamental era a ausência, em toda a análise, de uma adequada caracterização do imperialismo, com o qual todo o "modelo" tinha um caráter abstrato, não histórico. Sua pretensa apelação à historicidade para compreender a dinâmica das sociedades latino-americanas ficava reduzida a uma crônica vazia de referência conceitual.

Se alguém abordasse a obra de maneira superficial, a impressão era que os autores explicitavam sua vontade de estabelecer a dependência como um dado "estrutural", do

⁵ Pablo Rieznik. Os intelectuais diante da crise. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo, Xamã, 1997, p. 73.

⁶ Lembremos que, no início do tucanato, a *Folha de S. Paulo* (28 de maio de 1995) declarava que “a teoria da dependência, que teve em FHC um de seus principais formuladores, sai da gaveta da história intelectual brasileira para ocupar o centro do debate político, no momento em que se rediscute a relação do Brasil com a nova forma do capitalismo”. Os oito anos sucessivos ilustrariam o resultado dessa “rediscussão”.

conjunto das determinações econômicas e sociais dos países latino-americanos. Mas o imperialismo não podia ser reduzido a um problema de "dependência" e, ainda nesta limitada ótica, o enfoque era totalmente falseado. O "dependentismo" fora gestado na usina ideológica do CEPAL, um organismo das Nações Unidas, cujos funcionários são designados pelos governos latino-americanos, especializado em tecer uma versão desconexa e eclética da dependência (ausência de um parque industrial integrado, inexistência de mecanismos de incorporação do progresso tecnológico, produção predominantemente agropecuária, inadequação institucional, etc.) à qual se tentou dar um tom progressista nos meios acadêmicos. O líder deste organismo, Raúl Prebisch, era um argentino cuja passagem mais notória pelo cenário político de seu país foi como autor do "plano econômico" de um dos governos mais reacionários e antipopulares do país, o emergente do golpe militar da chamada Revolução Libertadora, que derrocou o governo de Perón em 1955, e muito rapidamente associou à Argentina ao FMI. Sob a asa do "cepalismo" e de Prebisch, a *intelligentsia* latino-americana abandonou suas posições afins com o velho nacionalismo e a retórica antiimperialista, e deu início à sua "modernização", com uma fraseologia democrática e inclusive socializante. "Dependência" e "desenvolvimento" deixariam de ser conceitos antagônicos, uma das conclusões que Cardoso considerava como a principal tese de sua obra.

Pablo Rieznik explicitou as mudanças do cenário histórico que permitiram essa transformação da *intelligentsia* latino-americana: "O quadro é de polarização social crescente, de debilidade dos regimes políticos e de manifestações de insurgência popular. O cenário internacional está marcado pela volatilidade e incerteza. É um clima clássico de fim de época. A intelectualidade, uma fina camada superior da pequena-burguesia, renunciou definitivamente ao entendimento, elegeu seu campo na mesa bem servida do senhor. Expulsa [pelas ditaduras] da universidade, recaiu nos organismos das instituições internacionais, assomou aos corredores das fundações financiadas pelas corporações do "norte", entusiasmou-se com os seminários e congressos nos quais era tratada com o afeto adequado à recepção de um converso, cultivou-se no exercício de uma "democracia" prevista para evitar o transbordamento revolucionário na hora da derrubada dos generais em turno. Então, a *intelligentsia* voltou à universidade para pregar a autocrítica de seu

passado. É também uma nova universidade, cada vez mais dependente dos subsídios empresariais, dos negócios ou convênios compartilhados com a corporação ou a fundação privada e da “boa vontade” do Banco Mundial. Assim, o conhecimento também se “privatiza”. A intelligentsia respondeu muito eficazmente à política do grande capital: processar seus objetivos de um modo “democrático” para evitar o custo de uma confrontação mais aberta, diante da evidência de que os recursos ditatoriais e de força se haviam esgotado. Naturalmente, é uma bobagem supor que os objetivos do capital financeiro, isto é, do imperialismo, apenas possam se processar mediante a ação militar, o terror e a tortura... Nunca, como sob os atuais “regimes democráticos”, o imperialismo conseguiu desenvolver seu domínio com tamanha amplitude. O ministro de Relações Exteriores da Argentina -um homem rico, professor universitário que fez um culto da ironia cínica que, não poucas vezes, caracteriza o intelectual- não vacilou em definir como “relações carnavais” os vínculos entre Argentina e EUA”.

O conteúdo econômico dessas “relações” concentrou-se em duas grandes áreas. Em primeiro lugar, o confisco de um patrimônio público de décadas em benefício dos grandes grupos capitalistas. Esta operação financeira, consumada nos últimos anos, carece de antecedentes, posto que foram transferidos ativos “históricos” mediante a garantia estatal de ganhos, subsídios e preços impensáveis, mesmo nos governos mais entreguistas do passado (esta confiscação que viola qualquer procedimento mercantil de compra e venda de valores foi denominada “privatização”). Em segundo lugar, o resgate de uma dívida desvalorizada, inclusive inexistente, como requisito para a retomada de um processo de endividamento, que por sua envergadura e precariedade é: a) uma operação financeira em favor dos bancos privados que tampouco registra precedentes na história continental; b) a ponta do iceberg de uma bancarrota certa num futuro não muito distante, com conseqüências mais amplas e profundas do que as da década anterior. Completou Rieznik: “O alcance deste processo é também um indício dos extremos da exploração requerida pelo capital para recompor sua taxa de lucro. Trata-se de uma das mais importantes evidências sobre a natureza da atual época do capital, pois o lucro é o motivo de sua existência e porque são as dificuldades para produzi-lo e realizá-lo o que melhor caracteriza [uma] fase de decomposição e esgotamento de suas possibilidades históricas. A procura de oportunidades para manter e elevar a taxa de

lucro do capital, além dos países nos quais se desenvolveu originalmente o capitalismo, é a base mesma da expansão imperialista. Na luta pelos mercados, para concretizar este lucro, está o fundamento das grandes guerras deste século e das crises mundiais que o marcaram definitivamente... A intelectualidade já provava trajés de funcionário, administrador ou conselheiro. Preparava seu próprio assalto ao poder e se re-descobria como portadora privilegiada da democracia, agora como uma espécie de religião “universal”. O novo rito incluiu, em primeiro lugar, a mistificação da sociedade civil, como se esta não fosse o próprio paradigma da sociedade burguesa, do individualismo, do egoísmo convertido em “direito”, da propriedade privada como princípio supremo. Um século e meio depois da esquerda descobrir o segredo da desigualdade real por detrás da igualdade formal, quem abandonava a esquerda fazia desta última um motivo de infinita demagogia e opunha, de forma reacionária, o indivíduo à sociedade, o cidadão à massa, ou seja, a burguesia e sua sociedade à luta pela liberdade, isto é, pela expropriação dos expropriadores (capitalistas)”.⁷

Os extremos entreguistas atingidos levaram a que, no quadro do tucanato, a tradição crítica nacionalista buscasse ganhar novo fôlego, denunciando a adaptação da tradição crítica precedente: “Resta pouco do fecundo debate intelectual que tivemos até os anos 60, voltado para compreender o sentido de nossa história e as condições da modernização do país. Paradoxalmente, o Brasil de hoje, dotado de uma economia mais poderosa, de uma academia mais consolidada e de uma imprensa mais desenvolvida, parece ser mais incapaz de pensar-se”. E acrescentando: “Por sua continentalidade, dotação de recursos, pelo grau de unidade que seu povo possui, pela base produtiva que constituiu e pela projeção internacional que potencialmente tem como líder natural de um continente inteiro, o Brasil não é um país qualquer”.⁸ Obviamente, não existem os “países quaisquer”.⁹ A apologia aparentemente ingênua do desenvolvimento capitalista brasileiro (a “base produtiva que

⁷ *Ibidem*, pp. 92-93.

⁸ César Benjamin, Emir Sader *et al.* *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998, pp. 12 e 69. O Movimento da Consulta Popular, com participação da direção do MST e de parcela importante da intelectualidade crítica, define seu objetivo como “construir um Projeto Popular para o Brasil, que possibilite transformarmos a ‘não-nação’ em uma Nação” (João Pedro Stédile e Plínio de Arruda Sampaio. *História, Crise e Dependência do Brasil*. São Paulo, 2003).

⁹ Força de expressão, dir-se-á, ou apenas *lapsus linguae*. Tanto mais significativo, exatamente por esse motivo, esta tresloucada e anacrônica invenção nacionalista *fin de siècle*.

constituiu”), um dos mais reacionários do planeta, conclui, no fragmento citado, numa nada ingênua defesa de uma espécie de papel prussiano (“líder natural”) do Brasil na América do Sul, obviamente também descartado e descartável, pois nenhuma liderança continental poderia exercer um país que, historicamente, não conseguiu nem consegue sequer se liderar a si próprio.

Nos diz Ugo Pipitone: “Não obstante seus prolongados períodos de crescimento acelerado, seu poderio industrial e a força de processos de modernização claramente visíveis em grandes cidades como São Paulo e outras, Brasil continua sendo indiscutivelmente um país do Terceiro Mundo. Porquê? Porque não pôde, em que pesem seus êxitos, consolidar uma estrutura econômica unitária, capaz de vencer a permanência de lógicas e normas de funcionamento distintas que, operando ao mesmo tempo, se entavam reciprocamente e impedem a acumulação de energias sociais, comportamentos econômicos e atitudes políticas orientadas (embora conflitivamente) na mesma direção. Brasil é um país só do ponto de vista legal-formal; do ponto de vista econômico e social continua sendo uma combinação instável de situações distintas entre si que só compartilham um idioma e instituições centrais comuns. Não é pouco, mas não é o suficiente para fazer do Brasil um país com estruturas econômicas sólidas e aceitáveis níveis de bem-estar para a maioria da população... O Brasil é justamente subdesenvolvimento industrializado. Uma situação em que os avanços no terreno industrial são pagos ao custo da fragmentação e a fraqueza das conexões interativas entre os distintos setores da economia e da sociedade. Uma situação na qual modernidade e pobreza, avanço técnico e fragmentação social, latifúndio improdutivo y mercado de futuros da soja se fortalecem reciprocamente em um paradoxo aparentemente sem fim”.¹⁰

Na década transcorrida depois da redação dessas linhas, a situação não fez senão se agravar, por exemplo, com a “guerra fiscal” entre os estados, destinada a criar melhores (subservientes) condições para os investimentos (estrangeiros), a ponto de originar um caos impositivo e legal que questiona o próprio pacto federativo. Principalmente, com a política

¹⁰ Ugo Pipitone. *La Salida del Atraso*. Un estudio histórico comparativo. México, FCE, 1995, p. 381.

econômica voltada a transformar de modo crescente o país numa plataforma de exportações, para obter os saldos externos que permitam continuar rolando as dívidas (sobretudo a externa), definiram-se “circuitos espaciais de produção” que, através de um “uso oligopólico do território (são) portadores de uma hierarquia territorial”: “Essa crescente concentração econômica que apresentam os circuitos faz com que eles se comportem como fragmentos que operam de forma autônoma em relação ao resto do território. Graças à lógica extravertida que esses circuitos exprimem, impõe-se a primazia de uma organização antes topológica do que topográfica. Os lugares que ficam como resíduos desse processo parece que não contam na divisão territorial do trabalho. Nesse contexto, uma disputa entre "fragmentos " será sempre uma disputa desigual. Os primeiros, com sua parcela política de produção ampliada na escala internacional, ficam fortalecidos; os segundos, com sua área de ação política localmente delimitada, permanecem fragilizados. Processo que, em vez de fortalecer o território, estimula sua fragmentação e, por conseguinte, sua fragilidade”.¹¹ O esgarçamento fiscal, econômico e político, conclui logicamente na fragmentação geográfica.

A fragmentação geográfica provocada pela dinâmica do capital se desdobra na fragmentação urbana, derivada do confronto brutal do capital com o trabalho. A divisão social, sempre existente nas concentrações urbanas, se transformou, no Brasil, no confronto crescente entre duas cidades.¹² A questão da segurança e do “crime organizado” passou para o primeiro plano, dando espaço a um discurso ético e/ou repressivo que, em quase todas suas diversas variantes, separa abstratamente a “exclusão social” da exploração capitalista. Ora, os dois aspectos se encontram vinculados. Pois a atividade criminosa baseia-se na destruição física sem normas do ser humano, sendo, portanto, uma forma extrema da expansão dos mercados e da superexploração, ou seja, da elevação da taxa de lucros geral da economia capitalista. Nos mais diversos países, as fronteiras sociais entre

¹¹ Mônica Arroyo. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In: Maria Adélia de Souza (org.). *Território Brasileiro*. Usos e abusos. Campinas, Territorial, 2003, p. 454.

¹² Processo comum em toda a América Latina, inclusive nas capitais consideradas mais “civilizadas”. Cf., para o caso de Buenos Aires, o estudo de: Marie-France Prévôt Schapira. Buenos Aires dans les années 90: *gouvernance* urbaine dans une métropole divisée. *Cadernos Prolam*, Ano 2, Vol.2, Universidade de São Paulo, agosto-dezembro 2003. Para os antecedentes históricos, ver: Osvaldo Coggiola. Buenos Aires: cidade, política, cultura. *Revista Brasileira de História*, Vol. 17, nº 34, São Paulo, 1997.

respeitáveis banqueiros e empresários, “combatentes da liberdade” (que depois viram traficantes de drogas) ou “terroristas internacionais” (como Noriega ou Bin Laden), políticos (éticos ou não) e criminosos de folha corrida, tenderam, no último quartel do século XX, a desabar como um castelo de cartas. Poder-se-ia estabelecer uma correlação direta, no plano da política: cada novo progresso da “ética”, inclusive institucionalizada (já existem, em diversos países, ministérios dedicados exclusivamente ao combate à corrupção), anuncia um novo progresso, superior, da atividade criminosa e da cumplicidade oficial ou oficiosa com ela. É quase uma lei, ou melhor, uma recomendação prática: quando os governos começam a falar em ética, é melhor pôr a mão no bolso. O “combate à corrupção” e o “retomo à ética” se transformaram cada vez mais no eixo central, por vezes exclusivo, dos discursos políticos “opositores”, tendendo a criar a ilusão de que seria possível atacar a miséria social (absoluta ou relativa) crescente, que está na base da extensão inédita da criminalidade, sem tocar nas bases sociais da exploração. Constatar que a chamada “esquerda” não foi poupada por esse processo não exige nenhum esforço investigativo, principalmente no Brasil.

O *revival* nacionalista, por outro lado, é de fôlego curto: ideologicamente, a sua densidade encontra-se à bastante distância de, digamos, um Álvaro Vieira Pinto ou, mais atrás, de um Manoel Bomfim, que já em 1905 pensava o Brasil na *América Latina*.¹³ Certamente, a miragem nacionalista teve mais fôlego no Brasil do que em qualquer país da América Latina, *et pour cause*: segundo Caio Prado Jr., a produção industrial do país aumentou, entre 1907 e 1943, 43 vezes, passando de um valor de US\$ 35 milhões em 1907, para US\$ 1,4 bilhões em 1950. Nesse ano, ainda assim, as exportações primárias (em primeiro lugar o café) ainda representavam mais de 75% da pauta total de exportações, em relação às industriais e de serviços. Só na década de 1980, essas percentagens se inverteriam.¹⁴ No século XX, o crescimento econômico do Brasil superou o do restante dos países da

¹³ Cf. Rebeca Gontijo. Manel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. *Revista Brasileira de História* n° 45, São Paulo, ANPUH-Humanitas, 2003. A polêmica de Bomfim era implícita, contra o monarquista Eduardo Prado, quem afirmava, em livro escrito em 1894, que “a fraternidade [latino] americana é uma mentira” (Eduardo Prado. *A Ilusão Americana*. São Paulo, Brasiliense, 1957, p. 8).

¹⁴ Dados em: Alberto J. Plá. *América Latina Siglo XX*. Economía, sociedad y revolución. Buenos Aires, Carlos Pérez, 1969.

América Latina, e atingiu um dos mais elevados percentuais do mundo. No entanto, o desenvolvimento chamado “por substituição de importações” -determinado pela própria crise mundial do capitalismo, na década de 1930- agravou a dependência financeira e tecnológica, acentuou as disparidades regionais, abaixou ou dificultou o nível de vida da população, assim como aconteceu no restante da América Latina.¹⁵

O desenvolvimento tardio do capitalismo brasileiro foi pensado como modelo capaz de indicar “a direção em que se poderia repensar a história econômica dos países latino-americanos como a história do nascimento e desenvolvimento de capitalismo tardios”.¹⁶ Os regimes mais identificados, na história do Brasil, com a representação na nação (burguesa) diante do imperialismo, os de Vargas e Goulart, no entanto, não tocaram a estrutura agrária latifundiária, e adotaram apenas medidas nacionalistas de cunho muito limitado (Petrobrás, lei de repatriação de lucros), inclusive se comparadas com as de outros governos nacionalistas latino-americanos.

Além disso, o hodierno nacionalismo temporão não reconhece uma raiz especificamente “nacional”, mas se vincula ao debate continental e mundial sobre o grande fenômeno *ideológico* da década de 1990: a assim chamada “globalização”. A globalização do capital, em sentido lato, não é nova: chegou a seu apogeu histórico há muito tempo, com a plena formação do mercado mundial e a emergência do imperialismo. Ela expressa o declínio do

¹⁵ “A América latina chegou a 1945 com uma estrutura produtiva profundamente transformada nos países mais densamente povoados, mas desequilibrada. As insuficiências do sistema de transportes tendem a acentuar mais fortemente a divisão entre zonas industrializadas (que, por sua vez, são aquelas que mais consomem produtos industriais) e zonas não atingidas por esse processo. A falta de energia tornou necessários, em alguns casos, o racionamento, e assim, enquanto as cidades européias reacendiam suas luzes, algumas cidades da América latina começavam a apagá-las. O mesmo déficit se verificou na habitação ou nos estabelecimentos urbanos e, em proporções variáveis, segundo as situações locais, desenvolveram-se em torno das cidades os chamados bairros de emergência, mas que se destinavam a durar, desde a Cidade do México até Santiago do Chile, passando por Caracas, Lima, Rio de Janeiro e Buenos Aires; os subúrbios de barracos sem água corrente, freqüentemente sem eletricidade, são cada vez mais freqüentes e abrigam um número de habitantes que, em 1950, correspondia a 5% da população global de Buenos Aires e a metade daquela do Rio de Janeiro. Nas camadas mais elevadas, as conseqüências negativas desse processo de urbanização, para o qual nada foi previsto, fazem-se sentir de modo indubitável, ainda que de maneira menos drástica, através dos altos preços dos aluguéis e das casas, da escassez de serviços considerados essenciais, das dificuldades nos transportes urbanos, etc.” (Túlio Halperin Donghi. *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 216).

¹⁶ João Manuel Cardoso de Mello. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 176.

capitalismo, não sua ascensão. A regressão histórica, com a restauração capitalista em curso nos ex-países “socialistas”, teve seu início com a contra-revolução burocrática, expressão da pressão da economia mundial capitalista sobre um “socialismo” isolado em “um” ou vários países historicamente atrasados. A ‘globalização’, enquanto restauração do capital, não constitui um avanço mas um retrocesso histórico, e acarreta a perda de conquistas históricas e sociais nesses países assim como internacionalmente. A globalização é, portanto, a expressão *ideológica* da destruição do socialismo como perspectiva histórica, que foi conquistada em dois séculos de luta de classes.¹⁷ Atribui a vitória transitória do capital, sobre os regimes sociais não capitalistas dirigidos por uma burocracia, a uma capacidade do capital para revolucionar indefinidamente as forças produtivas, o que escamoteia, de um lado, o caráter internamente contraditório do capital e, do outro, seu caráter historicamente condicionado; que o avanço da ciência e da técnica, que o capital impulsiona, não como uma finalidade social consciente, mas pela necessidade de incrementar a exploração do trabalho alheio, potencializa suas contradições e as torna cada vez mais explosivas.¹⁸

¹⁷ Certamente, “*la restauración del capitalismo, que se encuentra en las etapas iniciales, ha ampliado el radio de explotación del capital internacional. La apertura de los ex estados obreros le ha ofrecido al capital una nueva posibilidad de explotación, que involucra a centenares de millones de personas (China) o la posibilidad de apropiarse, además, de un sofisticado parque tecnológico (Rusia). Pero este principio de salida a la saturación del mercado mundial ha sido acompañado por una mayor saturación de ese mismo mercado mundial. Ocurre que en estrecha relación con esta ampliación se ha intensificado la competencia entre los monopolios capitalistas internacionales que procuran la conquista de esos nuevos mercados y un nuevo reparto del mercado mundial. La mayor movilidad geográfica ganada por el capital ha acentuado la competencia dentro del proletariado a nivel internacional. La competencia entre los trabajadores se manifiesta, indirectamente, por medio de la explotación de fuerzas productivas y trabajadores más baratos, y, en una forma directa, en la ola de inmigrantes hacia las metrópolis. En los países atrasados se agrava la sobrepoblación relativa que resulta de la quiebra de la pequeña producción y de la crisis agraria, en tanto que en las metrópolis se manifiesta un marcado retroceso social*” (Jorge Altamira. Tesis programáticas para la IV Internacional. *En Defensa del Marxismo* n° 33, Buenos Aires, abril 2004).

¹⁸ “*El fin de la Guerra Fría produjo una configuración ideológica enteramente nueva. Por primera vez en la historia, el capitalismo comenzó a proclamarse como tal, con una ideología que anunciaba la llegada de un punto final del desarrollo social, con la construcción de un orden basado en mercados libres, mas allá del cual no se pueden imaginar mejoras sustanciales. Francis Fukuyama dio la expresión teórica más amplia y ambiciosa de esta visión del mundo en su libro El Fin de la Historia. Pero en otras expresiones más vagas y populares, también se difundió el mismo mensaje: el capitalismo es el destino universal y permanente de la humanidad. No hay nada fuera de este destino pleno. Aquí se encuentra el núcleo del neoliberalismo como doctrina económica, todavía masivamente dominante a nivel de los gobiernos en todo el mundo. Esta jactancia fanfarrona de un capitalismo desregulado, como el mejor posible de todos los mundos, es una novedad del sistema hegemónico actual. Ni siquiera en el siglo diecinueve, en los tiempos victorianos, se proclamaban tan clamorosamente las virtudes y necesidades del reino del capital. Las raíces de este cambio histórico son claras: es un producto de la victoria cabal de occidente en la Guerra Fría, no simplemente de la derrota, sino mas bien de la desaparición total de su adversario soviético, y de la euforia consiguiente de*

É sabido que 25% do fabuloso montante mundial de dinheiro consagrado à especulação financeira provém das diversas máfias, em especial do narcotráfico. Os nossos sistemas políticos não escapam da "atração" exercida por essa força poderosa. Menem se retirou do governo argentino envolvido em escândalos (que incluem assassinatos de jornalistas e até do próprio filho) e com 150 membros do seu primeiro escalão governamental processados. No Brasil, temos desde deputados pistoleiros até presidentes de CPI do narcotráfico acusados de... tráfico de drogas. No México, está exposta uma vasta rede, responsável por assassinatos, desaparecimentos e valas comuns clandestinas, chefiada pelo Estado, que usa a polícia, o exército e o sistema jurídico para extorquir dinheiro de traficantes. A "representação popular" de nossos países está virando cobertura do crime organizado.

Mas temos, nos dizem, estabilidade econômica (ou melhor, monetária). Digamos, em primeiro lugar, que para a maioria popular ela apenas é a estabilidade da fome. A adoção, na primeira metade da década, de planos de estabilização baseados na âncora cambial foi, na verdade, uma consequência da renegociação da dívida externa (exigida pelos EUA depois da "crise das dívidas" da década de 80) materializada no Plano Brady, em que a condição principal para a rolagem da dívida estava na aquisição de títulos do Tesouro norte-americano de 30 anos, com taxas de juros determinadas pelos próprios EUA. Viramos, portanto, principais financiadores da contenção da monumental crise do capitalismo ianque, sintetizada em uma dívida pública e um déficit comercial sem precedentes dos EUA. Para fazê-lo, a América Latina se submeteu a uma colonização econômica sem precedentes na era independente, através da drenagem do esforço nacional (dívida externa e remessas de lucros), da entrega do patrimônio acumulado (privatizações) e da submissão monetária ao Banco Central dos EUA (planos de "convertibilidade" e, em alguns casos, dolarização da economia). A queda espetacular da América Latina é parte da crise mundial do capitalismo, que se traduziu nas crises da Ásia, Rússia e Brasil (1997-99), no risco de falência bancária dos EUA em 1998, no impasse da União Européia (problemas com a absorção dos países do leste e crescimento das rivalidades internas), na desagregação

las clases poseedoras, que ahora no necesitaban más eufemismos o circunlocuciones para disfrazar la naturaleza de su dominio” (Perry Anderson. La Batalla de Ideas en la Construcción de Alternativas. Intervenção na Conferência Geral do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais [CLACSO], Havana, 30 de outubro de 2003).

dos blocos comerciais, como o Mercosul e os blocos asiáticos; no fracasso do Japão em sair de uma depressão econômica profunda e duradoura, que já superou uma década. A essa crise vincula-se o agravamento geral da luta de classes e da instabilidade política no mundo todo.

O eufemismo *global* pretende equiparar a liquidação das formações econômicas pré-capitalistas por parte do capital mundial na época histórica de sua ascensão (liberalismo) à destruição da propriedade estatal e da economia planificada, na etapa do capital monopolista em desagregação. Apresenta a unificação capitalista do mercado mundial como uma perspectiva ainda não completada, e não como uma realidade que esgotou suas possibilidades históricas, que engendra crises econômicas, catástrofes sociais e guerras destrutivas. Rejeita que a restauração capitalista tenha um caráter transitório, cujo desenlace será determinado pelo desenvolvimento da crise mundial. É, portanto, uma ficção ideológica que encobre as tendências contraditórias do capital: a extensão do capital fictício (endividamento público e privado, de investidores e consumidores, financeiro e especulativo), que supera o capital em sua forma material, levando à ruína os orçamentos estatais. O desenvolvimento do capital fictício sob a forma de uma extensão sem precedentes dos mercados de capitais constitui um meio poderoso de confiscação econômica adicional dos trabalhadores, dos estratos sociais intermediários e de estados inteiros. A chamada terceirização não representa uma nova fase histórica da industrialização sob o impulso da divisão internacional do trabalho, mas um desenvolvimento parasitário dos grandes monopólios capitalistas, que substitui a industrialização dos países atrasados pela implantação de *maquilas* e plantas de montagem, para explorar mão de obra barata, e saquear fiscalmente as nações envolvidas. O resultado desse conjunto de tendências é a sobre-produção de mercadorias e capitais, a tendência à depressão econômica, a generalização da deflação e o desemprego mais alto e permanente da história do capitalismo. A chamada globalização ‘engloba’ todas as formas do capital como um capital ‘global’, para ocultar, desse modo, sua fase histórica específica, ou seja o nível excepcional que alcançou seu desenvolvimento parasitário e rentista. O desenvolvimento capitalista das últimas décadas reforçou a contradição entre o caráter mundial do desenvolvimento das forças produtivas e do mercado, por um lado, e o caráter

nacional dos capitais, monopólios e Estados, a anarquia capitalista. O reforço da nacionalização dos capitais se manifesta de forma especial na supremacia alcançada pelo capital norte-americano, principalmente na banca de investimento.¹⁹

Para os apologistas da globalização (os “neoliberais”), esta concretizaria uma bem sucedida tendência do desenvolvimento capitalista para se liberar das amarras “nacionais” (Estados incluídos) que entravam sua expansão. As guerras internacionais, na década de 1990 e no início do século XXI, foram desfazendo essa ilusão, e evidenciando que por trás do *global*, não havia senão o reforço das tendências próprias ao imperialismo. Segundo Perry Anderson: *“Este es el segundo gran cambio del último decenio. Su expresión en el campo de batalla de las ideas ha sido un creciente asalto contra el principio de la soberanía nacional. Aquí el momento decisivo ha sido la guerra de los Balcanes en 1999. La agresión militar contra Yugoslavia lanzada por la OTAN fue abiertamente justificada como una superación histórica del fetiche de la soberanía nacional, en nombre de valores más altos, o sea, en nombre del valor de los derechos humanos. Desde entonces, un ejército de juristas, filósofos e ideólogos han construido una nueva doctrina de “humanismo militar”, buscando demostrar que la soberanía nacional es un anacronismo peligroso en esta época de globalización y que puede y debe pisotearse para universalizar los derechos humanos, tal como éstos son entendidos por los países mas avanzados y, por supuesto, ilustrados. Desde el punto de vista del primer ministro británico –el social-demócrata Blair– hasta el punto de vista de filósofos liberales célebres como John Rawls, Jürgen Habermas y/o Norberto Bobbio, se sostiene que existe una nueva “ley de los pueblos” –ése es el título exquisito del ultimo libro de Rawls– que está siendo preconizada para legitimar e incentivar intervenciones militares por parte de los “pueblos democráticos” –otra expresión espléndida de Rawls– y con el fin de llevar la libertad a los pueblos “no-democráticos”. Hoy, en Iraq, vemos el fruto de esta “apoteosis” de los derechos humanos”*.²⁰

¹⁹ Cf. Jorge Altamira. *Op. Cit.* Para um levantamento crítico acerca da chamada globalização, ver: Octavio Ianni. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

²⁰ Perry Anderson.. *Op. Cit.*

Assim, vimos Karl Popper proclamar abertamente a necessidade de uma “re-colonização” do mundo: “Libertamos [*nós quem, cara pálida?*] esses Estados (as ex-colônias) de maneira demasiado rápida e simplista”, deixando “livrado a si próprio um orfanato” (sic). Ou o respeitado (e reacionário) historiador Paul Johnson escrever no *New York Times*, “finalmente voltou o colonialismo, já não era sem tempo”.²¹ As guerras e a expressão a céu aberto das contradições da “globalização” devolveram o primeiro plano à supostamente esquecida “questão nacional”, mas em condições em que o nacionalismo carece, mais do que no passado, dos meios para resolve-la.

Nesse quadro *conjuntural*, surgiu um movimento de crítica ao *global*, de um ponto de vista reformista (isto é, sem pôr em questão o fundamento capitalista da tendência “global”) e nacionalista, concentrando a crítica, não no imperialismo *capitalista*, mas na “agressividade” ou “unilateralidade” norte-americana. Nada de mais natural que o *establishment* europeu visse com bons olhos esse desenvolvimento. Na sua fundamentação “crítica”, na teoria da mundialização do capital, a superação das barreiras nacionais pelo capital é vista como um fato (“A expressão *mundialização do capital* exprime, na falta de um termo melhor, o fato de estarmos dentro de um novo contexto de liberdade praticamente total do capital para se desenvolver e valorizar-se sem sofrer os entraves e as limitações a que estava submetido no período pós 1945, principalmente na Europa”, diz François Chesnais).²² A tendência mais parasitária do capital, a formação do capital fictício e o desenvolvimento sem precedentes da especulação financeira, é posta como independente do processo geral de acumulação do capital, chegando-se a postular que a forma-dinheiro do capital ganhou estatura ao ponto de se tornar uma força independente das outras formas do capital.

²¹ Apud Domenico Losurdo. Dinanzi al processo de globalizzazione: marxismo o populismo? In: Sergio Manes (ed.). *Il Mondo dopo Manhattan*. I comunisti di fronte alla guerra. Nàpoli, La Città del Sole, 2002.

²² François Chesnais. O capitalismo de fim de século. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo, Xamã, 1997, p. 7. Cf. do mesmo autor. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

As soluções propostas, o freio ao capital especulativo mediante a *Tobin Tax*, a reconstituição das relações de classe próprias ao chamado Estado de Bem-Estar, as saídas de caráter nacional ou, no máximo, “regional” (ou seja, o revigoração do “sistema das nações”) põem o próprio horizonte do capital como o limite insuperável de qualquer resistência -e, sobretudo, da resistência existente- ao processo em curso, o que não significa que esse seja o ponto de vista único do movimento conhecido internacionalmente como *no global*, mas é sem dúvida o mais significativo ideologicamente,²³ e aquele que alimenta a reconstituição, também conjuntural, de um nacionalismo historicamente ultrapassado: “A crítica ao capital é substituída por uma política de remendos e regulação da economia mundial, sobre a base do próprio modo de produção capitalista... (se repete) a velha cantilena de que o que faz mal ao capitalismo seria a especulação, como se ela não fosse precisamente a expressão do impasse geral do próprio capital produtivo, que mina as condições de sua própria valorização.

Se, com o surgimento do imperialismo surgiu também uma oposição pequeno burguesa ao mesmo, que pretendia o retorno idílico ao mundo da livre competência, do produtor individual, da vigência do mercado contra o monopólio, etc., a "globalização" fez surgir uma oposição, não pequeno burguesa, mas imperialista, que procura a autonomia de cada Estado-potência, e se fratura em função dos choques agudos das diversas frações do capital, ameaçadas pela sobre-produção e a bancarrota geral.... O capital no se pode "mundializar" porque não se pode socializar; seu caráter privado o condena ao exclusivismo, ou seja, ao nacionalismo, à guerra entre os capitalistas. O capital não é nada sem o recurso da força e do Estado que o transforma em realidade material. As agudas manifestações de guerra comercial, as divisões estratégicas entre os diversos pólos do mundo capitalista, as conseqüências inevitáveis de seu desenvolvimento desigual, o temor a uma explosão bursátil e financeira no coração do mundo capitalista, expressam uma realidade na qual operam simultaneamente profundas forças centrípetas e centrífugas na economia mundial. O Estado mundial capitalista ou as "instituições mundiais" são uma utopia reacionária. A "mundialização do capital" foi antecipada como fantasia por Kautsky, sob o nome de

²³ E, sem dúvida, o dominante no principal evento internacional do movimento, o Fórum Social Mundial, celebrado anualmente, justamente, em Porto Alegre.

"ultraimperialismo". O prognóstico acertado, porém, foi o dos seus críticos marxistas: o imperialismo é uma época de reação em toda a linha, de catástrofes sociais e gigantescas convulsões econômicas, de barbárie generalizada, de extensão do capital a todo o globo e, portanto, de maiores desequilíbrios e desigualdades, de guerras e revoluções. Não há Taxa Tobin que dê remédio para esta situação”.²⁴

No Brasil, aproximando-nos ao final da experiência fernandina, foi do próprio interior da chamada *Escola Paulista de Pensamento* que surgiu a denúncia da sua decomposição final. No caderno *Mais!*, da edição de 27 de maio de 2001 da *Folha de S. Paulo*, saiu um artigo, bastante longo, do Prof. Paulo Arantes, do Departamento de Filosofia da USP. O artigo estava destinado a ser “uma carta ao Painel do Leitor” (o que era obviamente impossível, dado seu tamanho, e a quantidade e extensão das notas de rodapé). O editor do caderno o publicou, então, como artigo, batizando-o como "Extinção", qualificando-o de retrato da "autodestruição de uma tradição intelectual progressista que se consolidou na USP dos anos 60 em torno da figura central do sociólogo FHC, e do colapso do projeto de modernização conservadora do país articulado a partir de 94 sob a batuta do mesmo FHC". Digamos que a "figura central" da sociologia uspiana dos anos 60 seria mais Florestan Fernandes (de quem FHC era ajudante de cátedra), mas o artigo teria também a importância de marcar uma virada na "crítica" do próprio autor (Paulo Arantes), em quem "o humor e a sátira das obras anteriores cederam lugar à raiva de quem perdeu definitivamente a paciência".

Com quem perdera a paciência Paulo Arantes? Evidentemente, com os representantes da "tradição" supracitada, ora no poder, e com alguns de seus "eméritos" colegas, acompanhantes -por vezes "críticos", mas acompanhantes enfim- "da inteligência crítica paulista e de sua experiência no poder". Mas não havia no artigo uma posta em evidência dos vínculos dos pressupostos da “Escola” com a prática (neoliberal, entreguista, corrupta e tudo mais) dos seus representantes. Tomando emprestados conceitos de Adorno e Horkheimer (*Dialética do Esclarecimento*) o autor partia do pressuposto que seria a sua

²⁴ Pablo Rieznik. Mito y realidad de la mundialización del capital. *En Defensa del Marxismo* nº 26, Buenos Aires, março-abril 2000.

própria conclusão: "é estúpido ser inteligente", ou "ficou brutalmente estúpido ser inteligente". Algumas ressalvas eram feitas: a diferença do fascismo "o pensamento que ora se extingue é de outra espécie... (a) que nos habituamos durante dois séculos a chamar de 'progressista' ou, para ser mais específico, o lado oposto, o lado propriamente esquerdo daquela matriz original de evolução e reforma do mundo... O que a era cardosista está mostrando neste momento de glória da malandragem nacional é como se tornou apenas *bête et méchant* procurar ser inteligenterrimamente de esquerda".

A definição da equipe governante, como “pedantocleptocracia fernandina”, dispensava comentários. Era mais do que útil o lembrete de que o ex- "filósofo crítico", e ex-membro do CNE (Conselho Nacional de Educação) do regime FHC, um emérito "filósofo colunável", na definição de Arantes, teorizara, em 1992, em meio à movimentação nas ruas e no Parlamento pelo *impeachment* de outro Fernando, acerca do objetivo da política como “constituição de uma moralidade pública que comporta a infração nos seus interstícios”. É claro que essa teoria da "corrupção intersticial" poderia ser uma contribuição brasileira à ciência política universal, e se coadunava perfeitamente com as idéias -aliás, bem menos interessantes- que o mesmo "emérito" (José Arthur Gianotti) defendia no mesmo caderno, na mesma data, em que se expressava a raiva do Prof. Arantes: a de que “o socialismo (está) sem lugar”, porque sua base “científica”, o marxismo, junto a Proudhon, "compartilham da mesma visão ternária [quer dizer dialética] da sociabilidade (o que) faculta seu estudo de um ponto de vista pretensamente científico (que) está associado à redução do político ao econômico", o que não seria correto, entre outros motivos, porque ignoraria a autonomia do político, onde há lugar (*topos*) para a “infração intersticial”, ou seja, tópica. E depois se diz que os filósofos não trabalham para ganhar a vida...

A base da raiva do Prof. Arantes era que "a derrocada se consumou quando uma certa tradição crítica bem paulista se adaptou", de onde se segue que "nada é mais feroz que a predação dos adaptados". Eles eram críticos, talvez até revolucionários, mas, quiçá por decadência física, ou talvez por ceder aos encantos da boa mesa e da boa sobremesa, se “adaptaram” (no governo!) o que ilustraria a tese pretensamente marx-freudiana de que os

movimentos do estômago (ou de outras partes situadas mais embaixo) comandariam os movimentos da “inteligência”. Mas outra maneira de ver as coisas seria constatar que a ditadura militar (que, no Brasil, durou mais de vinte anos) afastou de uma carreira que levava “naturalmente” ao poder, ou às suas adjacências, a vários grupos que, deslocados, elaboraram teorias (como a "da dependência") que, num quadro histórico bem concreto, ganharam ares de “crítica”, e que seria necessário agora criticar para iluminar a trajetória dos que efetivamente chamados ao poder pelos filhos políticos da mesma ditadura e de seus sustentadores externos (vulgo imperialismo, especialmente norte-americano, estes em espantosa crise política), se precipitaram nele com sede multiplicada por duas décadas de contemplação impotente do trânsito pelo palco do poder (e, claro, das suas benesses) de personagens tão pouco “críticos” e, sobretudo, tão pouco inteligentes quanto Figueiredo, Maluf, Andreazza *et alii*. A verdade da “inteligência crítica paulista” revelou-se na iniquidade do seu exercício oportunista, entreguista, anti-popular da chefatura do poder burguês, ao qual acrescentaram, em função das novas coordenadas políticas, doses cavalares de hipocrisia e de cinismo (com o concurso, sempre é bom lembrar, de alguns satélites petistas da inteligência paulistana, oriundos do mesmo ventre acadêmico, que cuidaram do adereço "cultural" dos predadores).

A "raiva" de Paulo Arantes não poupava ninguém, nem o próprio PT que, engolido pela onda “adaptadora”, “já vai apresentando sintomas alarmantes de decomposição dourada”. Mas até a *Folha*, que não é o que se chama um "porta-voz dos oprimidos", se queixava, nessa altura, do direitismo do programa do PT para as eleições de 2002, com a preocupação explícita de que o país ficasse "sem oposição", isto é, sem válvulas de escape para coisas mais graves do que a decomposição da inteligência crítica da Vila Madalena. As crises internas do PT, a existência de correntes militantes dentro (e fora) do PT, que lutavam contra esse rumo, cujos sintomas perceberam muito antes, inclusive já na própria formação do PT, merecia um lugar nessas considerações. Sobretudo quando uma “tendência” do PT, com sede no Jardim Europa, já ocupava o governo municipal de São Paulo, onde compartilhava boas intenções com o banqueiro João Sayad, este um *réscapé* de outras experiências "predadores", não tão inteligentes, igualmente cleptocratas, embora menos pedantes, comandadas desde algum palácio por um “impichado” presidente e eu finado

secretário. A conclusão de Paulo Arantes era que “dada a calculada irreversibilidade das políticas de ajuste permanente como fim em si mesmo, e o correspondente dano social irreparável que produzem, tudo indica que teremos cada vez mais do mesmo”, diante do que “a constatação de que a tradição crítica brasileira não tem mais futuro é um mal menor”.

Embora com características muito brasileiras, o período FHC foi a expressão nacional de uma tendência continental e mundial, determinada pelo atual estágio da crise do capital. Na história econômica recente da América Latina, houve dois grandes momentos: um posto sob a preocupação com o “desenvolvimento” (anos 60/70) e outro com a estabilização (anos 80/90).²⁵ Este último foi marcado pela exaustão do Estado e pela busca de uma saída para a crise capitalista. O resultado da fase precedente de expansão econômica mundial foi o fim da convertibilidade do dólar, do padrão ouro-dólar, em 1971, a ameaça de perda da hegemonia industrial pelos EUA, a ascensão da Alemanha e Japão, a crise fiscal do Estado, a desvalorização do dólar, a inflação nos países centrais, a expansão de um sistema monetário internacional privado (eurodólares), a implantação de regimes militares por quase todo o continente com apoio do Pentágono, o endividamento externo e o surgimento do “milagre econômico brasileiro” (1969-73). No meio da política de estabilização dos EUA, anos 80, houve uma fase inflacionista nos países centrais, que se deslocou para a periferia, e a partir dos anos 1990 uma fase deflacionista, seja no centro ou na periferia. A evolução da política monetária americana teve implicações para as economias “subdesenvolvidas”, já que aquela influencia o nível de crédito mundial, que determina, por

²⁵ A fase “desenvolvimentista” não teve motivos diversos da fase sucessiva; correspondeu a outra etapa do desenvolvimento mundial capitalista. Os acordos de Bretton Woods criaram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aos que se somaram os bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as instituições públicas bilaterais e multilaterais de assistência financeira, e os organismos estatais encarregados de conceder créditos de exportação. Em meados da década de 1960 se havia consolidado um sistema financeiro internacional de caráter público. Na década de 1950 reapareceu o investimento privado internacional direto, encarnado agora pela empresa transnacional, no começo unicamente norte-americana, e depois também européia e japonesa. Esta beneficiou-se de mercados nacionais criados nos países “periféricos” com o apoio das medidas protecionistas e das políticas de fomento industrial, instalando filiais locais para ultrapassar as barreiras comerciais. Foi o início do processo de “transnacionalização” da estrutura produtiva, que imediatamente se estende aos padrões de consumo, aos estilos de vida e à cultura. No final da década de 60 iniciou-se a recriação de um mercado financeiro privado internacional, cuja expansão durante a década seguinte atingiu dimensões extraordinárias (Cf. Osvaldo Sunkel. *A Crise da América Latina*. Dívida externa e empobrecimento. Porto Alegre L&PM, 1986).

sua vez, o cenário tanto para o setor privado como público: a partir da *reaganomics*, a política do FED passou a subordinar as demais políticas monetárias nacionais.

A fase marcada com a preocupação do Banco Mundial com o "desenvolvimento" veio após o empenho na reconstrução européia, desde o declínio do "desenvolvimentismo" (anos 60) até o final dos "planos nacionais de desenvolvimento", em 1980: a crescente estatização da economia, através do Estado como produtor, consumidor, vendedor e principalmente como liberador de crédito e incentivos fiscais, originou o grande endividamento externo. O motor deste processo foi o Estado, que converteu em capital produtivo o capital inativo vindo da Europa (em grande parte de procedência americana), onde não era reinvestido dada a queda da taxa de lucro. A preocupação do Banco Mundial no financiamento dos fundamentos (infra-estrutura) para a abertura de novas fronteiras e expansão das multinacionais americanas na América Latina, visava compensar a perda de parte do mercado internacional dos Estados Unidos para a Europa e Japão. As empresas estatais criadas então serviram, em grande medida, para subsidiar as empresas nacionais e estrangeiras nesta etapa de industrialização, dando nova vida ao processo de acumulação, no qual a propriedade era estatal, mas a gestão e finalidades, privadas.

Progressivamente, a economia americana entrou em crise, acompanhada pela inflação e desvalorização do dólar. O final dessa fase começou com a segunda etapa da crise da dívida, em 1979, que deu os contornos da conjuntura dos anos 1980 e da sua crise de crédito. Isto ocorreu como consequência da política de estabilização do dólar e de combate a inflação, através dos juros altos e do endividamento do tesouro americano, iniciada com Carter e continuada com Reagan. Os juros, que chegaram a ser negativos, dada a elevada inflação nos EUA, atingiram mais 20% ao ano, levando inicialmente México e Argentina a declararem moratória em 1982. Isto quase levou a uma quebra generalizada dos grandes bancos e empresas. No Brasil, como os tomadores de empréstimos privados não podiam pagar os novos níveis de juros (as taxas eram flutuantes), a dívida foi estatizada e convertida em dívida pública, evitando a moratória. Recessão, inflação, juros altos, crise fiscal e financeira do Estado passaram a ser fenômenos presentes também nas economias

periféricas. Assim, a preocupação com o "desenvolvimento" deu lugar a preocupação com a "estabilização", refletindo principalmente a fusão de papéis e funções do Banco Mundial (desenvolvimento) e do FMI (controle do fluxo de capitais). Estas duas instituições passaram a ter como finalidade única o pagamento da dívida externa, e suas políticas refletiram este objetivo. A inflação brasileira, que se manteve relativamente estável nos anos 70, nos anos 80 teve uma tendência de crescimento, ficando em torno de quase 300% ao ano já em 1983. Um dos impactos diretos da política monetária americana sobre o continente foi a crescente destruição das moedas nacionais, refletindo a grande recessão e a crise financeira do Estado: em apenas oito anos o Brasil mudou cinco vezes a sua moeda. O final dos anos 1980 e o início da década de 1990 foram marcados pela crise dos modelos de estabilização em vigor, a eclosão da hiper-inflação e, ao mesmo tempo, o surgimento de outra "estabilização", baseada na introdução de âncora cambial, específica deste momento histórico, ao qual correspondeu o governo FHC. México (1989), Chile (1990), Argentina (1991), Brasil (1994, com a adoção do Plano Real), vários outros países da América Latina, países asiáticos e do leste europeu, introduziram essa modalidade de estabilização em momentos históricos diferenciados e com características em parte diferentes, mas com estrutura básica semelhante.

O que deu base para a implantação deste modelo, foi o excedente de capital-dinheiro na economia mundial, que resultou de vários fatores. Em primeiro lugar, a queda da taxa de juros dos Estados Unidos. Em segundo, o grande volume de recursos do crime organizado com a expansão da produção e comercialização de drogas juntamente com o tráfico de armas, que passaram a representar pouco mais de US\$ 1 trilhão por ano. Em terceiro lugar, a renegociação da dívida externa através do Plano Brady, que revitalizou um grande volume de recursos na forma de títulos que se consideravam perdidos, passando a servir de base para novos créditos. Por último, mas não menos importante, o crescente parasitismo e deslocamento de capital, que estava imobilizado, mas que passava para a esfera financeira atuando no mercado de títulos públicos e no mercado de câmbio, somado aos grandes lucros financeiros que não conseguiam ser reinvestidos produtivamente, e a expansão dos fundos de pensões. Esse "crédito fácil" provocou um estouro no mercado de títulos, que teve sua origem na política do Banco Central americano (FED) e da Alemanha

(*Bundesbank*), e permitiu um crescimento do crédito nos anos 90, acima das necessidades da economia capitalista, que passava por uma recessão. No lado americano, este processo esteve ligado também ao interesse do FED de ajudar de forma indireta os bancos comerciais que estavam em dificuldades, originadas na crise da dívida dos anos 80, pois ao assegurarem taxas de juros de curto prazo em 3%, os bancos comerciais tomavam empréstimos por esta taxa, e compravam títulos de longo prazo que rendiam de 6% a 7% ao ano. Ao embolsarem essa diferença os bancos restabeleciam seus lucros. Na Alemanha essa política estava relacionada ao aumento do estoque de dinheiro, resultado do investimento na unificação alemã. Estes juros baixos permitiram a corrida aos títulos públicos no mundo inteiro, nos países subdesenvolvidos essa diferença de taxas era ainda maior. Este cenário mundial foi influenciado não só pela queda da taxa de juros nos EUA, como também pela dissolução da URSS e o chamado “fim do socialismo”, que propiciou um novo campo de investimento para o capital financeiro, capitalizado ideologicamente como uma vitória do “livre mercado”.

Nos anos 70, o processo de endividamento brasileiro e latino-americano resultou de um grande excedente de capital no euro-mercado de moedas, não da necessidade de captação de poupança externa: a economia brasileira foi capturada por esse excesso de liquidez. Assim, os Estados periféricos acabaram assumindo a responsabilidade de criar as bases para a conversão do capital inativo dos países centrais em “produtivo”. Já nos anos 90, o argumento foi que esses recursos eram fundamentais para garantir a estabilização monetária. Com a abundância de crédito, a renegociação da dívida externa foi uma política fundamental para a introdução da âncora cambial na América Latina. Para isto, estava colocada a renegociação de parte da dívida pública americana, pois para renegociar nossa dívida era necessário um avalista junto aos credores privados. Os EUA deram este aval, mas exigiram como garantia que o país comprasse títulos do tesouro americano, a taxas de 6% ao ano.

Os Estados reorientaram suas despesas para o pagamento de juros retirando-se das “políticas sociais” e dos investimentos voltados para o setor produtivo. Chossudovsky

afirmou que o acúmulo de grandes dívidas públicas nos países do ocidente conferira aos interesses financeiros e bancários não só uma alavancagem política mas também o poder de ditar a política social e econômica do governo.²⁶ A âncora cambial possibilitou a recuperação do câmbio fixo, num momento em que este, fundamentado no padrão ouro-dólar surgido em Bretton Woods, havia sido extinto, em 1971. Para bancar o câmbio fixo, o superávit do balanço de pagamentos passou a ser obtido a partir de um grande déficit nas transações correntes, compensados por um superávit na conta de capitais. Formavam-se grandes reservas sem que se tivesse o superávit clássico. Tratava-se de um superávit inteiramente artificial, a partir da elevação da taxa de juro interno. Quanto maior era o déficit na conta corrente (balança comercial e de serviços) maior a necessidade de financiá-lo. Neste objetivo e com a elevação dos juros internos, elevava-se também a dívida externa e pública, abrindo-se caminho para um novo déficit na conta corrente, por dois motivos: 1. A sobrevalorização da moeda somada a elevação da taxa de juros, como garantia da estabilidade, inviabilizaram os investimentos produtivos internamente, desestimulando a produção ao elevar os custos financeiros, retirando a competitividade externa (novo déficit comercial); 2. Com o crescente endividamento externo, prosseguiram as remessas de juros e amortizações, elevando o déficit na conta de serviços. As privatizações e desnacionalizações, com a remessa de lucros e dividendos para o exterior, contribuíram para um permanente desequilíbrio. Assim, o superávit do balanço de pagamentos dependeu cada vez mais de fatores não diretamente ligados à produção, mas à política monetária e de estabilização.

A vulnerabilidade desses “modelos” verificou-se com a crise mexicana em 1994, quando os capitais voláteis saíram rapidamente do país, gerando uma crise cambial, que culminou com a desvalorização de 33% de sua moeda em menos de uma semana. A crise mexicana exigiu a intervenção do tesouro americano com um empréstimo de mais de US\$ 50 bilhões, com o objetivo de recriar as condições para o pagamento das dívidas em mãos dos aplicadores de Wall Street, e teve impacto sério, principalmente na Argentina e Brasil. No núcleo da crise econômica estavam os mercados de dívidas públicas, gerando uma intensa disputa entre a

²⁶ Michel Chossudovsky. *Guerra e Globalização*. Antes e depois de 11 de setembro de 2001. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

América, a Europa e o Japão, determinando o movimento da economia mundial. No caso do México as dívidas privadas foram recicladas e transformadas em dívidas públicas. O problema não foi, portanto, apenas atrelar a sua política monetária a dos EUA, mas ter que adotar uma política econômica baseada nas privatizações, abertura comercial, destruição de empresas nacionais, dirigida a resolver a crise capitalista em curso, que exigia a conquista de novos mercados para os países industrializados. Na sua essência, a política adotada visava estabilizar a crise econômica iniciada nos anos 1970, contornada pelos EUA, e repassada para os países periféricos através da explosão da dívida externa e interna. O Brasil, a partir de 1997, passou a adotar uma taxa de câmbio flexível. Mas a crise tinha sido só adiada: após perder quase US\$ 32 bilhões em menos de cinco meses, o Brasil adotou o câmbio flutuante em 15 de janeiro de 1999.

As políticas com fundamento na âncora cambial provocaram um endividamento externo e público jamais registrado na história dos Estados periféricos. Com os países periféricos pagando tão caro para ter reservas em dólar, os EUA tinham dispêndio reduzido no curso de sua política monetária. O formato mais extremo de "estabilização" ocorreu na Argentina, onde se adotou o chamado *currency board*, que atrelou, através de mudança constitucional, o peso ao dólar, dolarizando a poupança e indexando os ativos financeiros à variação cambial. As tarifas de serviços públicos privatizados foram estabelecidas em dólar, mas a população recebia seus salários em pesos. O elevado grau de endividamento não se deu apenas nos países que adotaram a "âncora". Nos países da OCDE, as dívidas públicas ultrapassaram US\$ 13 trilhões em 1995. Somente nos EUA, a dívida pública cresceu cinco vezes (US\$ 5 trilhões em 1996) durante o período Reagan-Bush. A inflação é inimiga do poder de compra dos salários dos trabalhadores, mas também do valor real dos ativos financeiros, principalmente dos títulos da dívida pública. A decisão de combatê-la evidenciou que a "âncora" principal era o desemprego adicionado a um grande arrocho salarial.

No meio de uma das maiores crises da história, a economia mundial teve um crescimento médio em torno de 3% (que deve ser comparado com as taxas muito superiores de

crescimento das economias em expansão, como a China), com a Europa registrando um crescimento inferior a 1%, os EUA com cifras apenas melhores (principalmente após os escândalos Enron, Worldcom, etc.) e o Japão apresentando uma contração da produção (-1,4%). A “vanguarda” do capitalismo, a tríade Alemanha-Japão-EUA, há pelo menos três décadas sofre um processo de crise, longa, lenta e inexorável. Nos anos 70, fora necessário “inventar” uma demanda. Isto foi feito pelas ditaduras latino-americanas, que em poucos anos endividaram a perder de vista todo o sub-continente. Basta pensar no exemplo da Argentina que, entre 1976 e 1983, período da ditadura, drenou boa parte do excedente de capitais existentes no mundo, incrementando o próprio endividamento em 364%. As empresas mais endividadas foram as estatais (como a YPF, cujo endividamento decuplicou naquele período) que ainda não tinham nenhuma necessidade de tomar emprestado novas somas. Os planos sucessivos de estabilização (como os Planos Baker e Brady) tinham o objetivo de criar as condições para o ingresso (a custo muito baixo) dos proprietários do capital emprestado (os credores) mediante o resgate do crédito acumulado no período. Foi assim que a América Latina, após a onda de privatizações, determinada pelos efeitos do débito prolongado, chegou a constituir-se como a “zona” onde o montante dos IDE (Investimentos Diretos Externos) derivado das privatizações é o maior de todo o planeta. Basta lembrar a já citada YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*), velha indústria do Estado argentino que, adquirida (em 97%) pela Repsol ibérica por 15.400 dólares (!) foi, em pouco mais de 10 anos, desmantelada.

No México, a crise da dívida de finais de 1993 encontrou solução apenas na forçada adesão ao NAFTA (janeiro de 1994). Diferentemente da experiência sul-americana, neste caso o ingresso do capital estrangeiro ocorreu sob a forma de investimentos produtivos, as *maquilas*, exemplos de deslocamento do capital em direção da periferia. Este deslocamento geográfico possibilitou um aumento da taxa de mais-valia, aproveitando os salários bem mais baixos dos trabalhadores mexicanos em relação aos norte-americanos (os salários médios norte-americanos eram mais que cinco vezes superiores: 8,70 dólares a hora, contra 1,61 no México) em 1994. Os países imperialistas encontraram assim a forma de re-ingressar na América Latina, através das privatizações (via dívida externa), dos acordos internacionais (como o Nafta), regimes *ad hoc* (delinquentes tipo Menem). Mas

continuaram predominando os investimentos de carteira: por isso, a estabilidade do câmbio, que permite um trânsito mais seguro, foi o objetivo perseguido. Foram notáveis as tentativas para lográ-lo, mas nem todas obtiveram o efeito esperado. A melhor forma de estabilizar a região foi a dolarização: experimentada na Argentina em 1991 com a *Ley de Convertibilidad* que rendeu grandes vantagens aos especuladores internacionais já no ano seguinte; no Equador, o ano 2000 foi o da dolarização completa da economia.

Os EUA continuaram a comandar a oferta de moeda internacional, sem ter que obedecer às normas estabelecidas pelo FMI e BIRD de funcionamento do balanço de pagamentos, que exigiam e exigem, superávit na conta corrente, para liquidar dívidas com outros países. Assim, desrespeitando normas rigidamente cobradas dos outros países, aquele país passou a ser beneficiado, ou financiado indiretamente, pela necessidade que outros países tinham de ter dólar como reserva. Enquanto os demais países precisavam financiar seus déficits em conta corrente com a elevação da taxa de juros para manter as reservas, os EUA precisam somente seu poder de mando nos organismos financeiros para imporem esta política. Através do FMI, ao recomendarem aos países "emergentes" taxas de juros mais altas, repassaram para a periferia a responsabilidade de fornecer crescente remuneração ao capital financeiro. Se a política deflacionista americana era a maneira interna de agradar o capital financeiro, do outro lado, o FMI "criou" as condições para o pagamento da dívida externa e interna dos países periféricos, e ainda abriu estas economias para realizarem parte de sua produção excedente.

O Plano Real, de FHC, foi diferente dos planos de estabilização precedentes, porque por trás dele estava a introdução do conjunto das políticas de ajustamento do BIRD e do FMI, tendo como eixo as privatizações. Para tal foram exigidas várias reformas: do Estado, Previdência, universitária, quebra do monopólio estatal, flexibilização dos direitos trabalhistas. A questão monetária, ao ser o ponto culminante do plano, privilegiou esta finalidade não tocando em questões centrais como a distribuição de renda e da propriedade (reforma agrária), investimentos e geração de empregos. As conseqüências foram: 1 – desvalorização da moeda; 2 – nova explosão da dívida externa e interna; 3 –

estrangulamento do Mercosul; 4 - recessão, queda do PIB, e aumento do desemprego; 5 - desnacionalização do sistema bancário e do setor produtivo estatal; 6 - queda no volume negociado nas bolsas periféricas, e por último a manutenção do crescimento americano, seu crescente superávit fiscal e recompra dos títulos da dívida daquele país. Esta estabilização foi autofágica, pois quanto mais se gastou dinheiro público para estabilizar a moeda, mais se desestabilizaram as contas públicas e o balanço de pagamentos, o que exigiu uma nova elevação da taxa de juro. Estes "modelos de estabilização" produziram uma quase uniformização das políticas econômicas na América Latina, deixando um quadro econômico e social desastroso, acelerando o grau de dependência em todos os sentidos. Que o receituário aplicado pelo FMI e BIRD nestes países serviu para garantir os ganhos dos possuidores de títulos não resta dúvida. Mas tratou-se de um programa de ajuste estrutural, que visava atender a todas as modalidades de capitalistas: 1- Abertura comercial para as grandes corporações multinacionais; 2 – Privatização das empresas estatais, de preferência para o capital estrangeiro; 3 -Flexibilização dos direitos trabalhistas, "desonerando" o capital; 4 – Restrição ao movimento sindical e desindexação dos salários.

A síntese deste movimento foi que a moeda que estava em crise nos anos 70 (o dólar) acabou sendo a garantia para a estabilidade das moedas latino americanas nos anos 90. Nos dois momentos da intervenção do Estado, os recursos públicos foram destinados aos capitalistas. No primeiro, via crédito estatal, subsídio e incentivos, bancaram o desenvolvimento capitalista, que gerou concentração de renda, arrocho salarial e desemprego. No segundo, foram destinados em grande parte ao pagamento de juros da dívida externa e interna, ficando para os trabalhadores o desemprego, o arrocho salarial novamente e redução dos serviços públicos. Esta fase, ainda que marcada por grandes privatizações, foi um momento de convivência de duas antagônicas direções. De um lado, de fato tivemos as maiores privatizações da história, mas do outro a "estatização" atingiu níveis surpreendentes. No Japão quase US\$ 1 trilhão foi gasto para sanear bancos e empresas em crise. Nos EUA vários fundos de investimentos e corretoras foram salvos após as várias crises nas bolsas. No México, Brasil, Argentina, Venezuela, e vários outros países latino-americanos, usaram-se verbas públicas para salvar os bancos privados (no Brasil, o Proer). Na Rússia, após a crise, grandes empresas e bancos privatizados foram re-

estatizados, como forma de preservar o valor dos ativos capitalistas. A dimensão da crise e a ausência de um programa alternativo, permitiu que políticas tão distintas convivessem, objetivando resolver o impasse capitalista, privatizando o patrimônio público e estatizando o prejuízo privado. É somente como parte da dinâmica da economia mundial, e de sua crise, que se torna compreensível a evolução econômica e política recente do Brasil e da América Latina.²⁷

A economia da América Latina, 10 anos depois das incursões "neoliberais" feitas pelos "nacionalistas" (e até "socialistas") de outrora, apresentava um quadro caótico de crise generalizada, que desmentia qualquer análise de "dificuldades conjunturais". Uma das características desse período foi a abertura desregrada das fronteiras nacionais com a drástica redução das tarifas alfandegárias, ampliando a oferta de produtos importados. A contrapartida de ampliação das exportações não se consolidou, e o resultado foi o salto de uma situação de superávit (US\$ 29,5 bilhões em 1989) para a de déficit (US\$ 45,8 bilhões em 1999). Era a estratégia de combater a inflação com produtos importados a preços menores do que os nacionais. Dizia-se: a indústria nacional precisa se modernizar para competir. Cadeias produtivas inteiras foram desarticuladas, a dependência externa aumentou e consolidou-se ainda mais. Outro aspecto dessa política foi a desvalorização dos patrimônios nacionais (seguindo a tendência mundial de queda dos valores) vendidos a empresas multinacionais a preços irrisórios, para garantir a entrada de dólares e cumprir as obrigações com o capital financeiro. No Brasil, as privatizações renderam US\$ 63,6 bilhões. Mesmo assim, a dívida externa saltou de US\$ 123,9 bilhões em 1991, para US\$ 236 bilhões em março de 2002. Com as reformas, as conseqüências sócias foram dramáticas: desemprego aberto, perdas de postos assalariados e trabalho precário. De 1989 para 1999 o número de desempregados na América Latina aumentou em 11,1 milhões, com a taxa de desemprego aberto saltando de 4,8% da população economicamente ativa para 9,2%, de acordo com os dados oficiais da OIT. Caiu também o emprego assalariado. Em 1989, 57,8% do total da ocupação latino-americana eram assalariados. Em 1999, esse percentual havia caído para 51%, com a perda de 4,7 milhões de empregos, sendo 3

²⁷ Cf. José Menezes Gomes. Auge e crise da âncora cambial nos anos 90. *Entre Passado & Futuro* nº 1, São Paulo, maio 2002.

milhões só no setor industrial. A renda *per capita* média dos latino-americanos em relação aos norte-americanos era de 33,5% em 1980, caindo para 22,9% em 1990, e para menos de 20% na virada do século. Em 2000, mais de 36% das famílias latino-americanas (220 milhões de pessoas) viviam abaixo da linha de pobreza. Só na Argentina, a atividade econômica regrediu entre 1998 e 2002 mais do que o dobro do que na Grande Depressão da década de 1930.

Mas um controle por assim dizer “externo”, de toda a área latino-americana, não resulta ser o suficiente. Frente à realidade dos dois blocos mundiais de capitais, dólar e euro, e da sua disputa crescente no mercado mundial, a necessidade dos proprietários dos capitais majoritariamente estadunidenses de dispor de uma área controlável economicamente e, conseqüentemente, politicamente, tornou-se mais absoluta. A esta altura se compreende como a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, configura-se como a transposição material dessa necessidade. A necessidade, portanto, da ratificação definitiva dos acordos (por ora provisórios) tornou-se clara, e eles devem delinear o próximo cenário internacional. A esta etapa corresponde, no Brasil, o governo Lula da Silva.

Com uma política econômica, *já anunciada durante a campanha eleitoral*, voltada para o cumprimento dos “compromissos internacionais”, isto para satisfazer o grande fetiche da época, “conquistar a confiança dos mercados (no caso, internacionais)”, o esforço produtivo criador do excedente nacional foi destinado à consecução do almejado “superávit primário”, garantia da solvência econômica do Brasil, no meio de um continente afetado pela “crise de credibilidade” (em especial, depois do colapso argentino de dezembro de 2001, o maior calote –US\$ 240 bilhões- dado por um país em toda a história do capital). Mas o resultado das políticas governamentais foi outro. No primeiro ano do governo do PT os lucros das 500 maiores empresas aumentaram 1048%, o maior ganho obtido pelo conjunto dessas empresas em dez anos: 21 bilhões de dólares. Nesse contexto o governo afirmou ser impossível aumentar o salário mínimo em mais de 20 reais, porque “não se pode distribuir o que não se têm”, isto no país com a maior desigualdade social do planeta, acentuada pelo aumento do desemprego e a desvalorização dos salários.

Para conquistar a austeridade fiscal e orçamentária, com a definição de um superávit primário de 4,25% do PIB, se cortaram 14 bilhões de reais do orçamento, afetando principalmente os "gastos sociais". Para expandir as exportações, buscou-se o financiamento das mercadorias nacionais, para torná-las mais competitivas no mercado mundial, em condições em que a economia mundial estava estancada e o parque produtivo brasileiro em profundo atraso relativo. Para financiar as exportações, o governo Lula manteve a maxi-desvalorização da moeda de FHC, o real depreciado desvalorizou os salários, deprimiu a capacidade de compra nacional, promoveu as exportações, reduziu as importações, na conveniência dos credores internos e externos do país. Os investimentos em saneamento, assentamentos rurais, manutenção de caminhos, saúde, educação, etc. foram praticamente interrompidos. O superávit primário da União, Estados, municípios e empresas estatais superou o exigido pelo FMI. O capital financeiro aprofundou seu parasitismo, repetindo em 2003 a performance de 2002, quando a rentabilidade do sistema bancário chegou ao 24,5%, enquanto a das empresas não-financeiras se manteve em 1%.

Nesse contexto, encolheu a participação dos trabalhadores no ingresso nacional, aumentando a parte do capital: o salário mínimo foi fixado em 240 reais para 2003 (80 dólares) depois que Lula prometeu duplicá-lo. Antes das eleições, José Dirceu, futuro ministro da Casa Civil, defendeu a concessão de autonomia administrativa ao Banco Central, insistente reivindicação do capital financeiro, esclarecendo as garantias dadas a Henrique Meirelles quando foi convidado para presidente do Banco Central. A "independência do Banco Central" consiste em que a grande autonomia de que já goza o Banco Central brasileiro é insuficiente: para os donos do capital mundial, ela é muito informal, instável, não completamente adequada para tomar decisões econômicas de acordo com as ordens do capital financeiro internacional; por isso propôs a independência absoluta do Banco Central frente às leis e às autoridades brasileiras. Com a carência de refinanciamentos para a dívida externa, a possibilidade de uma incapacidade de "honrar" os pagamentos externos tornou-se concreta, uma "reestruturação" da dívida externa (e interna), um calote. A crise econômica mundial não dá espaço para que as economias dominadas da América Latina mantenham suas moedas nacionais intermediando os fluxos de capitais externos. Os bancos centrais das duas maiores economias da América do Sul seriam

reformados, transformados em departamentos subalternos da *Federal Reserve* (Fed), o Banco Central dos Estados Unidos.

Com a manutenção das taxas de juros num nível alto, o governo Lula pretendeu convergir com uma tendência de curto prazo da especulação financeira mundial: em 2003, os *hedge funds* destinados aos "mercados emergentes" tiveram captação líquida de 1,93 bilhões de dólares, um número quatro vezes superior ao registrado em 2002 (em 2000 e 2001 a captação foi negativa), passou-se de um fluxo negativo (retirada) de -655 milhões de dólares (em 2000), a um positivo de 1,93 bilhões. Trata-se, no entanto, como o reconhecem os agentes financeiros e seus economistas, de um fluxo puramente especulativo. A seu serviço se encontram medidas como a reforma previdenciária (que busca "abrir" um mercado de aproximadamente 40 bilhões de dólares para os fundos de aposentadoria privados) ou a recém projetada lei de falências, que dá prioridade objetiva aos credores financeiros na liquidação das empresas quebradas. A redução do "risco Brasil" e a baixa do dólar não são um reflexo de "estabilidade", mas da crise mundial, pois a recessão e a guerra do Iraque promoveram um movimento especulativo de capitais árabes para os títulos de Brasil. O governo de Lula atua como ponta-de-lança da fração especulativa do capital financeiro, baseado em uma exploração, carestia e desemprego sem precedentes. Ao aumentar a taxa de interesse básica, o governo favoreceu os bancos que, em meio à recessão, passaram a lucrar como nunca: seus lucros cresceram 30% em 2002, e continuaram aumentando sob o governo Lula. O governo voltou a pegar créditos externos pagando quatro vezes mais que no mercado norte-americano.

Não se trata de uma política conjuntural, determinada por um constrangimento econômico imediato (a chamada "herança maldita" do governo FHC), mas da busca de uma saída *estrutural* para a crise brasileira pela via da formação de um mercado de capitais através do favorecimento ilimitado do capital financeiro, em especial internacional. As chamadas PPP (Parcerias Público Privado) consagram uma orientação *histórica* no sentido de promover o investimento oferecendo "garantias de rentabilidade" ao capital, *institucionalizando* o parasitismo capitalista, e re-introduzindo as formas mais primárias da colonização

econômica do Brasil.²⁸ Essa prática não é nova na história do capitalismo no Brasil. O Brasil entrou na era das ferrovias nos anos 1850, com forte presença do Estado. Políticos imperiais preferiram mobilizar capitais privados garantindo retornos de 7% ao ano sobre o capital investido. Em 1893, todas as empresas estrangeiras com garantia de lucros, excetuando-se apenas a próspera *São Paulo Railroad*, obtiveram a média de rentabilidade de apenas 0,3% antes do subsídio. A maioria das empresas não poderiam ter sido construídas, se dependessem da própria rentabilidade, pois esta vinha exclusivamente das garantias de pagamento de taxas fixas. Em 1898, o peso destas garantias chegou a comprometer um 1/3 do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à "expropriação" de doze companhias. Antes da Primeira Guerra Mundial as aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Já em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente e indiretamente bancava a rentabilidade. Isto é importante porque revela que esta estatização estava ligada a salvação do patrimônio privado. Segundo o mesmo autor não havia países onde estas substanciais garantias não foram oferecidas aos ingleses.

Nos EUA, suposto berço da livre iniciativa, o procedimento era mais sofisticado: o Estado comprava as ações das empresas ferroviárias mesmo sabendo da baixa rentabilidade. Através do exemplo dado é possível imaginar a importância desta política efetivada pelos Estados periféricos para a segunda fase da revolução industrial (1840-72) e da grande expansão do setor ferroviário inglês. Por trás da exportação de capital para os países coloniais, estava não a aventura de capitalistas "empreendedores", mas a certeza do risco zero. Uma das características do capital, que serve para alguns à sua "justificativa social", era exatamente o risco que assume ao imobilizar capital ou de conseguir ou não a rentabilidade desejada, e assim gerar empregos. No entanto, seja no século XIX ou no final do século XX, o que temos é um tipo de capital que se imobiliza, mas totalmente avesso a risco e dependente da intervenção do Estado. Apesar de se tratar em tese de capital produtivo, sua remuneração, com garantia de rentabilidade, não é diferente daquela do capital dinheiro aplicado nos títulos da dívida pública.

²⁸ Para uma crítica da PPP, ver: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). *Contra o vale-tudo da PPP. Nota Técnica* nº 87, Brasília, abril de 2004.

A coqueluche do governo FHC, primeiro, e mais ainda do governo Lula, foi a transformação do *agrobusiness* brasileiro, até transformar o país no rei da exportação de determinados rubros, isto para manter o superávit comercial gerador de divisas que mantenham o país dentro da ciranda financeira mundial. A serviço desse objetivo esteve toda a agressiva política externa, o papel ativo de Brasil e a constituição do G-20 na OMC (Organização Mundial do Comércio), no que foi chamado por Armando Boito de “nacionalismo de fazendeiro”,²⁹ a iniciativa do Brasil em revitalizar a ALCA,³⁰ os acordos comerciais com a China, a Índia, a África do Sul. Reproduziu-se, em condições do capital financeiro hiper-monopolizado, a vocação colonial do país para plataforma de exportação de produtos primários, com conseqüências funestas para a economia nacional e para os trabalhadores. Agro-negócio é sinônimo de “produção para o mundo”: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações. Mas em 2003, o Brasil teve que importar arroz, algodão e milho, além de trigo, alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros, e teve que importar também matérias-primas industriais, de larga possibilidade de produção no próprio país.

A lógica do capital e a lógica da sobrevivência independente da nação foram se tornando crescentemente contraditórias. O país produz e exporta a comida que lhe falta. O complexo soja (soja em grão, farelo e óleo) respondeu pelo maior valor em dólar na balança comercial, à frente das exportações de aviões, minério de ferro, automóveis, terminais

²⁹ Armando Boito Jr. *A reunião de Cancún e o nacionalismo de fazendeiro*, setembro 2003, mimeo.

³⁰ Em 20 de junho de 2003, durante curta visita aos EUA, o presidente Lula assinou um comunicado junto ao imperial presidente dos EUA, George Bush Jr., assumindo o compromisso de “cooperar para a conclusão bem-sucedida” da implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) dentro do prazo previsto (janeiro de 2005). Uma semana antes, a 13 de junho, 14 ministros latino-americanos, reunidos em Maryland, em um encontro organizado pelo representante de comércio dos EUA, Robert Zoellick, se comprometeram informalmente em destravar as negociações da ALCA. A ALCA, cujo processo se iniciou em 1994, tenta criar uma zona de livre comércio desde Alaska até a Terra do Fogo, com a participação de 34 países, com um potencial de 800 milhões de consumidores. Até agora há grandes temas sem solução, como a agricultura, devido à política de subsídios agrícolas praticada pelos EUA. Brasil, que compartilha a presidência do processo negociador com os EUA, avançara precisamente a idéia de uma ALCA reduzida, embora o chanceler Celso Amorim aclarasse que no se tratava de uma “ALCA *light*”.

portáteis de telefonia, alumínio etc. Mas nas importações, o trigo está em segundo lugar; a soja importada em décimo nono; arroz em vigésimo quinto; o leite integral em pó e ainda a pasta de celulose, papel jornal, cacau, borracha natural, etc. A volúpia do agro-negócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. O Estado financia as *commodities*, assim produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa.

O Brasil exportava em 1964, um total de 1,430 bilhão de dólares, os produtos básicos (a maioria d agrícolas) representavam 85,4%, os semimanufaturados 8,0%, os manufaturados 6,2%. Em 1984, último ano do governo militar o país exportava 27,005 bilhões de dólares, os produtos básicos representavam 32,2%, os semimanufaturados 10,6%, os manufaturados 56%. Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida: em 1964, ela era de US\$ 2,5 bilhões, em 1984, US\$ 102 bilhões. Entre 1981 e 1984 foram pagos pelo governo militar US\$ 30,7 bilhões de juros da dívida externa, pouco mais de 30% de seu montante. No governo Sarney, as exportações continuaram crescendo, chegando em 1989, a US\$ 34,3 bilhões exportados, mas a dívida externa chegou aos US\$ 115,5 bilhões. O governo Sarney, no entanto, pagou US\$ 67,2 bilhões de juros, 58,2% do montante total. No governo Collor/Itamar as exportações atingiram US\$ 43,5 bilhões (25,4% de básicos, 15,8% de semimanufaturado e 57,3% de manufaturados), mas a dívida externa chegou a 148,2 bilhões de dólares, com um pagamento de juros no período de US\$ 80,2 bilhões de dólares, mais de 54% do total da dívida. No governo FHC, o crescimento da dívida e dos pagamentos dos juros continuou junto à ampliação das exportações (em 2002, US\$ 60,3 bilhões de dólares), com a dívida externa, em 1998, atingindo US\$ 241,6 bilhões. Com a transferência de parte da dívida pública para a iniciativa privada, via privatização das estatais, a dívida externa declinou (em 2002, US\$ 227,6 bilhões), mas durante os oito anos de FHC, pagou-se de juros US\$ 102,4 bilhões, 45% do total da dívida. A dívida pública interna, por sua vez, passou de R\$ 31,6 bilhões em 1995, para R\$ 557,2 bilhões em 2002. O total da dívida pública federal (interna mais externa) era de R\$ 826,9. De 1985 a 2002 foi pago um total de US\$ 635,7 bilhões, em 18 anos o Brasil pagou várias vezes o total da dívida.

Nos diz Oliveira: “É nessa teia que entram as exportações. Tomando-se o saldo comercial obtido entre 1985 e 2002, as exportações geraram um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Já entre 1995 e 2000, gerou um déficit de 24,3 bilhões de dólares. O saldo líquido no período, foi de 119,2 bilhões de dólares. Assim, o chamado pelos neoliberais de "espetacular saldo do agro-negócio e das exportações brasileiras" não chegou no período à metade do montante pago de juros da dívida externa, por isso a dívida cresceu, mesmo sendo paga várias vezes, quanto mais se exportou, mais a dívida cresceu e mais se pagou de juros. Durante o primeiro ano do governo Lula, a balança comercial brasileira fechou, em 2003, com 73,0 bilhões de dólares em exportações. As importações alcançaram 48,2 bilhões de dólares permitindo assim, um superávit comercial de 24,8 bilhões de dólares. As exportações cresceram 21,1% em relação a 2002, com aumento absoluto de 12,7 bilhões de dólares.

Entre o total exportado, os produtos básicos ficaram 33,2%, os semimanufaturados com 15,6% e os manufaturados com 54,3%. Cabe salientar que por grupos de produtos, o setor de material de transporte foi o que gerou a maior receita de exportação, com vendas totais de 10,6 bilhões de dólares, correspondendo a 14,6% do total das exportações. Neste setor destacaram-se as exportações de veículos de carga, automóveis, autopeças, pneumáticos e motores para veículos. Em segundo lugar, com 11,1% do total ficou o grupo do complexo soja, com exportações de 8,1 bilhões de dólares, e em terceiro lugar com 10%, veio setor metalúrgico com 7,3 bilhões de dólares. Assim, as exportações do agro-negócio e os produtos do parque industrial instalado no país, vão permitindo o crescimento das exportações, pois os compromissos com a dívida externa continuam. Lula recebeu o país com uma dívida externa de 227,68 bilhões de dólares e tinha que amortizar no ano de 2003, um total de 34,31 bilhões de dólares e pagar um total de 13 bilhões de dólares de juros. O dado de 2003, divulgado pelo Banco Central (presidido agora por um também ex-funcionário de um banco norte-americano) sobre a dívida externa, e presente no banco de dados da FGV, indicava que ela chegou a 219,9 bilhões de dólares. A dívida pública federal total que inclui o endividamento externo, passou de R\$826,9 bilhões em dezembro de 2002, para R\$929,3 bilhões no final de 2003, um crescimento no último ano, de 12%. A quantia de juros paga também cresceu e chegou a R\$145,2 bilhões. Segundo o Ministério

da Fazenda, o total de pagamentos feitos foi de R\$332,3 bilhões (interna R\$293,2 bilhões e externa R\$39,1 bilhões, ou 13 bilhões de dólares). Assim, como o total da dívida, no final do ano de 2003, aumentou, foi necessário aumentar mais a dívida para pagar o que venceu. Resumindo, o país devia em dezembro de 2002, R\$826,9 bilhões, pagou da dívida R\$332,3 bilhões (R\$102,4 bilhões dívida nova e R\$229,9 bilhões de pagamento de fato, incluindo-se aí os R\$145,2 bilhões de juros) e terminou o primeiro ano de governo com R\$929,3 bilhões de dívida total. Logo, o governo Lula pagou cerca de 28% da dívida e mesmo assim, em janeiro de 2004, ela já era 12% maior do que no início do governo”.

Conclusão fundamental: “Os grandes proprietários de terra embalam seus latifúndios nas explicações, inclusive de intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil" e sim modernas empresas rurais. Alguns acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim, mais terra improdutiva no campo brasileiro. Estes são alguns dos muitos mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo 132 milhões de hectares de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários... Com relação à utilização da terra, as lavouras (temporárias e permanentes) ocupavam 50,1 milhões de hectares ou 14,1% da área total dos estabelecimentos e nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias com 34,5% e as grandes com 12,5%. As pastagens por sua vez, ocupavam 177,7 milhões de hectares ou 49,8% da área total dos estabelecimentos e, nelas, as pequenas unidades ficavam com 34,9%, as médias com 40,5% e as grandes com 24,6%. Já as áreas ocupadas pelas matas e florestas perfaziam 26,5% do total (94,2 milhões de hectares) e as áreas ocupadas com terras produtivas não utilizadas representavam 4,6% (16,3 milhões de hectares). A análise do conjunto do pessoal empregado no campo brasileiro mostra que as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade. Do total do pessoal empregado nos estabelecimentos (17,9 milhões de trabalhadores) as pequenas unidades empregaram 87,3% deste contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas e tão somente 2,5%. Quanto a massa total dos salários pagos e do volume de produtos igualmente pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com apenas 18,1%. Assim,

os latifúndios "escondem" a terra improdutivo. Na realidade, o papel da grande propriedade no país, sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra não é apropriada privadamente para produzir".³¹ Além disso, as terras do "moderno" agro-negócio concentram, no Brasil, as denúncias acerca da existência das formas mais bárbaras de exploração do trabalho, o trabalho escravo e infantil em larga escala.³²

A situação do Brasil é de declínio histórico, do qual tenta-se fugir reconstituindo uma situação semicolonial agro-exportadora, e não há crescimento conjuntural, como o do primeiro semestre de 2004, que oculte esse processo. A queda espetacular do PIB *per capita* em 2003 foi acompanhada por uma acentuação da queda histórica dos investimentos. O investimento externo comanda a tendência, num período de acentuação da tendência especulativa do capital mundial: depois de se manter num patamar de US\$ 30 bilhões anuais na década de 1990 (US\$ 32,8 bilhões em 2000), ele despencou para US\$ 10 bilhões em 2003 e 2004, com predominância cada vez maior do investimento especulativo, em detrimento dos IDE. Como toda a política do governo Lula apontava nesse sentido, esse é seu maior fracasso, visto desde seu próprio ângulo.

É o arremate de uma tendência histórica, no quadro de desaceleração (retrocesso relativo) da economia mundial: de 1950 a 1974, a economia brasileira cresceu 7,10% ao ano;

³¹ Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *Os Mitos sobre o Agro-negócio no Brasil*. Documento apresentado no XII Encontro Nacional do MST, em São Miguel do Iguaçú, PR, de 19 a 24 de janeiro de 2004. Por outro lado, o *Atlas Fundiário Brasileiro*, elaborado pelo Ministério de Política Fundiária, com base no último cadastramento do Incra do governo FHC, mediante informação espontânea dos proprietários de terras, mostrou que apenas 28,35% das terras agricultáveis do país estavam sendo utilizadas em alguma atividade produtiva; 62,4% delas eram improdutivas, ou seja, não estavam sendo empregadas em qualquer atividade

³² E, com certeza, essa representa, não uma "anomalia", mas a forma possível de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, no quadro da divisão internacional do trabalho comandada pelo imperialismo, isto é, pelo capital financeiro: "Por lo que se refiere a los efectos de la automatización y el cambio tecnológico sobre las exportaciones de los países en desarrollo, la información cuestiona sustancialmente la validez de la tesis (de marginalização crescente dos países atrasados da economia mundial). Más bien tienden a demostrar precisamente lo contrario; si bien es cierto que la crisis y la reorganización dei capitalismo mundial ha impactado profundamente a los países en desarrollo, en ningún sentido (visto el conjunto del período) ha producido su marginación del comercio mundial sino, en el caso de los países más dinámicos, una confirmación, o aún una acentuación de las ventajas comparativas de que ya gozaban anteriormente en la explotación de sus recursos naturales y en el aprovechamiento de sus bajos niveles salariales" (Alejandro Dabat e Miguel Rivera Rios. Los cambios tecnológicos en la economía mundial y las exportaciones de los países semiindustrializados. *Cuadernos del Sur* nº 10, Buenos Aires, novembro 1989).

mantido esse ritmo de crescimento, nosso PIB dobraria a cada 10 anos. Em 2003, teria sido atingido um produto maior de US\$ 1,5 trilhão, contra os US\$ 492 bilhões conseguidos de fato. De 1974 a 2003, o PIB cresceu somente 2,95% ao ano, o que significaria dobrar a cada 24 anos. A partir de 1980, até 2003, o crescimento foi de apenas 1,95% ao ano, ou o dobro a cada 36 anos. Medido pelo PIB *per capita*, em que pese a desaceleração do crescimento demográfico (outro índice de declínio, devido à escassa densidade populacional do país) a situação é mais catastrófica ainda: de 1974 a 2003, o produto por habitante cresceu 1,04% anuais, ou o dobro a cada 67 anos. E de 1980 a 2003, apenas 0,21% ao ano, o dobro a cada 332 anos...

Dentro dessa tendência, historicamente, o governo Lula-PT não tem nenhum significado especial, inscrito nesse *continuum*. Politicamente, porém, tem o significado da (maior tentativa de) cooptação das lideranças operárias e populares já feita no Brasil, para dar base de sustentação ao Estado semicolonial da economia agro-exportadora. E, se o longo período da Paidéia tucana se identificaria com a dissolução da chamada *Escola Paulista de Pensamento* (Cebrap), o governo Lula apresenta os sinais da dissolução da *crítica brasileira* em geral, isto é, da busca de uma via específica, “nacional”, para o ingresso do Brasil na modernidade.

Segundo Leda Paulani, com a vitória do PT, “a idéia de que o povo começaria a transformar o Brasil numa nação tornou-se muito presente e parecia finalmente estar ao alcance da mão. Forjado nos duros anos de luta contra a ditadura militar que se iniciara em 1964, nascido de baixo para cima, dos movimentos operários do ABC paulista (a maior região industrial do país) e tendo uma liderança da qualidade de Luís Inácio Lula da Silva, o PT parecia talhado para comandar a dura tarefa de retirar o Brasil de sua secular letargia e das disparidades e desigualdades sem par que ela patrocina. Não foi dessa vez, porém. A esperada refundação da sociedade ficou para depois. Ancorados num diagnóstico catastrofista, de que o país estaria pós-eleições, em dezembro de 2002, à beira do precipício econômico, os que tomaram posse em janeiro de 2003 encontraram aí o alibi para continuar e aprofundar a prática da política econômica que foi a tônica dos oito anos anteriores, sob

Fernando Henrique Cardoso (FHC)... Fica mais claro que nunca que não se tratava em absoluto de tática como apregoavam, de tapar o nariz e fazer uma política amarga, odiosa, mas necessária para salvar o país. Ao contrário, tratou-se de uma escolha deliberada, de manter o Brasil enredado na mesma armadilha externa, desde que isso não colocasse em risco o projeto de poder do PT”.

A justificativa ideológica seria a “TINA (*There is no Alternative*)” segundo a qual “só há uma política macroeconômica cientificamente comprovada (e) um governo responsável, qualquer que seja sua filiação ideológica, deverá adota-la”. Paulani sustenta que existe “uma identificação espúria entre gestão responsável e política econômica liberal”. Esta não seria obrigatória, mas “uma escolha do Estado na direção a ser seguida por essa sociedade natural que ele tem com o capital. Ele pode jogar do lado da afirmação do rentismo, que é perverso do ponto de vista social, mas absolutamente familiar e benéfico do ponto de vista da acumulação privada, ou pode afrontar essa lógica e utilizar seu poder, não para extrair renda real da sociedade e engordar financeiramente os capitais, mas para obrigá-los à acumulação produtiva e à expansão da renda real.

A insistência do *establishment* econômico do governo no caminho da austeridade, defendido como receita certa e segura para o crescimento, leia-se, crescimento da produção e, portanto, do emprego e da renda real, expressa, ao contrário, a necessidade do Estado de assegurar ao capital, via pagamento de juros reais positivos, o lastro *a posteriori* dos ativos fictícios que emite. O governo do PT, sem coragem de afrontar os interesses constituídos, sem nenhuma disposição para arriscar uma mudança na postura do Estado que o tornasse capaz de enfrentar os problemas experimentados pelo país, escolheu a reafirmação da lógica perversa que já estava em curso e a entrega total do Brasil às exigências da acumulação privada”.³³

³³ Leda Paulani. Brasil *Delivery*: a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 4 (92), São Paulo, outubro-dezembro 2003. Digamos, a respeito da tal TINA, que há um tempo alguém constatava que “*hay momentos, y en esta última década del siglo XX vivimos uno de ellos, en los cuales poderosos procesos que operan en las economías, en las sociedades y en la cultura dominante, parecen convertir todo aquello que ocurre en una necesidad que sólo los ingenuos pueden pretender revisar*”.

Haveria, portanto, uma política capitalista alternativa, consistente em “obrigá-los (os capitais) à acumulação produtiva e à expansão da renda real”. Mas não está claro como fazer isso. O economista Reinaldo Gonçalves também afirma que “ao longo dos anos, fui me convencendo que parte expressiva dos dirigentes do PT não tinha um projeto de sociedade para o Brasil. De fato, havia quase que exclusivamente um projeto de poder. Daí, o meu ceticismo quanto a um futuro governo Lula. Além dessa circunstância histórica, há um processo secular que não pode ser negligenciado. Os céticos tomam a história do Brasil como referência e pensam que não se deve esperar mudanças significativas durante o governo Lula...

As medidas de política econômica no primeiro ano do governo indicam que estamos entrando em mais um período de conciliação e reforma. Lamentavelmente, o primeiro ano do governo Lula já mostrou que os céticos tinham razão”. E arremata “o Brasil continua um "vagão descarrilado" e a política macroeconômica e as reformas de Lula indicam que é crescente a probabilidade de fracasso. A herança de Lula pode ser ainda pior do que a de FHC. Devemos nos preocupar com a fragilização do movimento social (via cooptação), a fragmentação do movimento sindical (via neo-peleguismo), a descrença ainda maior quanto à viabilidade do Brasil como nação e com o avanço insuportável do desemprego, que poderá provocar uma crise social.

criticamente. Una necesidad que estrecha los espacios de la razón y elimina las incomodidades de la opción. En esos momentos la historia deja de presentarse como mezcla inestable de necesidad y libertad, de condiciones creadas y voluntades de cambio, y asume el aspecto de un movimiento inexorable. Todos los caminos se cierran a la voluntad y al proyecto, y la adaptación a las corrientes dominantes se convierte en virtud suprema, tanto en la reflexión como en la política. Hay períodos históricos en los cuales la reflexión social está dominada por la idea de que la historia está hecha por los hombres, y momentos en que domina la idea contraria: los hombres están hechos por la historia. Durante los primeros domina una excitación creadora en la cual todo obstáculo (toda condición objetiva heredada) necesita ser tomado por asalto y derruido. Durante los segundos, la voluntad de orientar los procesos que operan en las sociedades parece una forma de ingenuidad destinada a una inevitable derrota. En esos momentos, la adaptación a las corrientes dominantes se convierte en suprema virtud. La realidad es asumida como racionalidad. En estos finales del siglo XX estamos en una etapa parecida. Y es confrontándose con este ambiente como surge la necesidad del reencuentro con la historia. Poner en contacto el presente con la historia es una forma de ensancharlo, una forma de asumirlo como espacio potencialmente creativo y, por consiguiente, como desafío intelectual. Algunos de los valores que condicionan poderosamente la reflexión en nuestros días son asumidos como verdades eternas. Un ejemplo: el Estado en su acción económica es considerado un factor de rigidez y distorsión que traba el funcionamiento óptimo de aquel mecanismo espontáneo de eficiencia que es el mercado” (Ugo Pipitone. Op. Cit., p. 16).

Será que somente a eclosão da crise social, precedida de grave crise cambial, provocará um giro de 180 graus na direção das políticas governamentais? Deve-se notar que uma taxa de crescimento econômico da ordem de 0,5-1,0% significa que Lula é responsável pelo seguinte fato: mais de 1 milhão de pessoas no contingente de desempregados em 2003. Na sua estratégia de conciliação e reforma e de um projeto de "poder pelo poder", juntamente com seus "neocompanheiros" do agro-negócio e da banca internacional, Lula dirige um governo sem rumo e sem prumo".³⁴

“Mudar o rumo econômico” foi também o tema da histórica filósofa petista Marilena Chauí, que indicou um meio, a reforma política: “O financiamento privado das campanhas eleitorais acarreta pelo menos três graves improbidades públicas: a) desinformação social, pois candidatos e partidos publicam gastos que não correspondem à realidade; b) segredo, pois candidatos e partidos, à margem de seus programas e compromissos públicos, se comprometem com interesses privados dos financiadores, favorecendo os economicamente poderosos às custas dos direitos das outras classes sociais; c) possibilidade de enriquecimento ilícito dos que se apropriam privadamente dos fundos de campanha... a improbidade pública se torna terrível quando praticada pela esquerda porque avilta a luta de classes, destrói os valores que orientam a busca de ações transformadoras e mata a esperança de justiça, igualdade e liberdade.

Todavia, a discussão sobre a relação entre ética e política, quando feita pela esquerda, não pode cair na confusão entre ética privada e ética pública, pois essa confusão despolitiza a política, como se vê nas concepções pré e pós modernas da política... Tanto na ética como na política a qualidade dos fins deve determinar a qualidade dos meios. Em outras palavras, há uma ética pública. Mas a novidade moderna consistiu em afirmar que os meios éticos da política não dependem das qualidades morais dos governantes e sim da qualidade das instituições públicas.

³⁴ Reinaldo Gonçalves. *Lula: aposta perdida*, 2004, mimeo.

A concepção moderna da política funda-se, portanto, na distinção entre o público e o privado –ou seja, na idéia de república– e volta-se para as práticas da representação e da participação – ou seja, para a idéia de democracia, entendida como criação sócio-política de direitos, aberta à legitimidade dos conflitos e ao controle público da ação governamental. Dessa maneira, a concepção moderna da política introduz efetivamente a idéia e a prática de uma ética pública, tanto porque afirma que as qualidades e defeitos da ação governamental não depende do caráter do governante, mas da natureza das instituições políticas, quanto porque age para criar e conservar um espaço público de participação, representação e controle sócio-político, por meio dos quais a sociedade fiscaliza e julga os governos... É para alcançarmos essa verdadeira dimensão da ética pública que a reforma política se torna urgente e deve ser exigida pela sociedade e pelo PT”: “reforma política e mudança nos rumos da economia são *nosso critério*”, nos diz.³⁵

A reforma política faz, assim, uma estranha unanimidade no Brasil, de direita à esquerda. Há, no entanto, um só projeto a respeito na praça, o qual, sob pretexto de “fortalecer os partidos”, cria a necessidade de um eleitorado mínimo para sobreviver como legenda nacional, favorecendo o monopólio da partidocracia burguesa [ou corrupta, se assim o preferirem os defensores da “ética universal”] (incluído o PT), eliminando a existência legal (eleitoral) de opções revolucionárias, necessariamente minoritárias durante os períodos “normais”. O relator da reforma no Congresso é, significativamente, Ronaldo Caiado (PFL), o ex-líder latifundiário, de trejeitos fascistas, da UDR. Dá-se o nome de reforma política ao conjunto de propostas que visam alterar, principalmente em nível constitucional, a legislação nacional no que se refere à estrutura política, ou seja, as eleições, partidos e assuntos relacionados ao mandato e à representação política.

Diz Caiado: "Consolidar um partido político vai exigir que as lideranças partidárias se desloquem, promovam encontros, construam diretórios, debatam os assuntos. O partido político vai se fortalecer e não será usado como é hoje, apenas uma obrigação exigida pela

³⁵ Marilena Chauí. *Democracia, ética e ação crítica*. Palestra realizada no Centro Cultural UFMG, 5 de abril de 2004.

legislação para o cidadão registrar a sua candidatura. O partido terá peso". Segundo ele, "com as listas fechadas, os partidos serão respeitados. As negociações se darão no nível partidário, não no nível pessoal como é hoje". De acordo com o projeto, seriam arrecadados R\$ 7 de cada eleitor, o que geraria R\$ 812 milhões. A distribuição seguiria os seguintes critérios: 1 % aos partidos registrados no TSE, 14% aos partidos representados na Câmara dos Deputados e 85% distribuídos proporcionalmente ao número de parlamentares na Câmara. O projeto prevê punição àqueles que aceitarem doações de pessoas físicas ou jurídicas, ou que receberem dinheiro ilícito. Os candidatos podem ter seu registro de candidatura cassado e as empresas podem ser proibidas de participar de licitações públicas. Os partidos também teriam que prestar contas ao Estado sobre as despesas com a campanha. A primeira aconteceria 45 dias antes da eleição, e a segunda dez dias após o término do pleito. Mas a idéia de que pôr mais dinheiro público na mão dos políticos de carreira evitaria a corrupção é uma suposição, para dizer o mínimo, ingênua.

Diz-se que quem oferece maior resistência à proposta são aqueles que defendem o atual *status quo*, que permite o financiamento privado de campanhas, não exige fidelidade partidária e no qual toda coligação, por mais esdrúxula que seja, é possível e aceita. Se os corruptos mais evidentes seriam eventualmente prejudicados, é também evidente, além da óbvia dificuldade em controlar o financiamento político feito pelo "caixa 2", que a reforma proposta visa consolidar o monopólio político em mãos dos representantes da burguesia, incluídos os de "esquerda". O PT já se preparou para a reforma, incorporando organicamente o empresariado ao partido (ou tentando fazê-lo). Com a criação dos "Comitês de Empresários PT", o "apoio material" ficará legalizado, e "os empresários também apresentam suas reivindicações": "empresário também é cidadão...Estamos fazendo até cartilha", afirmou o tesoureiro do PT.³⁶ Ou seja, que ficando atrelados à "cidadania universal", a grande conquista "crítica" dos anos 80-90, as coisas vão continuar como estão.

³⁶ *Folha de S. Paulo*, 17 de julho de 2004.

O já mencionado Paulo Arantes, então, mandou às favas o PT, como antes tinha feito com os representantes da “Escola Crítica Paulista”. Tratar-se-ia, agora, da “extinção da inteligência dos inteligentes. Tanto faz se cardosistas ou lulistas, graúdos ou miúdos, a vala é comum, a alternância é a do sempre igual, a hegemonia ora incha ora emagrece... e o repertório poderia se estender ao mundo-provérbio do capitalismo lulista. O desastre social não se abatera pelas mãos de desclassificados como Menem e Fujimori, mas por um primeiro time de intelectuais e assemelhados. A comissão de frente materialista do refrão “não há alternativa”. O buraco negro do pensamento já começa nesse grau zero de imaginação”.

O Brasil, segundo Arantes, “terceirizou o flagelo social”, em circunstâncias em que “foi um tal de matar as saudades do Brasil, de voltar a gostar do Brasil, de redescobrir a poética das formações incompletas, o charme inconfundível das sociedades felizmente mal-acabadas... Como os milagres acontecem, éramos de novo uma sociedade nacional. Mas quem anunciava essa nova procissão de milagres era a mesmíssima elite em estado de secessão, rentista e dolarizada, embalada pelas novas promessas de um capitalismo de fundos de pensão”. Neste transformismo *à la Brésil* “tudo isto é sabido, não é de hoje que o sopão do terceiro setor é engrossado por *patronesses* ao lado de cooperativas de fachada, banqueiros-cidadãos, corretores de inclusão social e por ai afora, nessa nova fronteira de negócios.

Mas o principal benefício é sobretudo ideológico.... A fome de transcendência parece ter voltado com força total com a ‘sociedade civil’”.³⁷ “[Há] outra dimensão-chave do terceiro

³⁷ As ONGs são a coluna vertebral do desenvolvimento espetacular, nas últimas décadas, do chamado “terceiro setor” da economia (atividades econômicas “sem fins lucrativos”... aparentes). Numa enquête realizada há uma década, em vários países da Europa e nos EUA, descobriu-se que além de 11,8 milhões de trabalhadores remunerados, o “setor não-lucrativo” usava o trabalho a tempo completo de mais 4,7 milhões de pessoas. Com quase 602 bilhões de dólares de despesas operativas, em sete países da OCDE, elas representavam 5% de PIB desses países, ou quatro vezes o faturamento da General Motors, a maior empresa privada do mundo. O desenvolvimento do “terceiro setor” tem sido tal que Jeremy Rifkin, em *O Fim do Trabalho*, ousou dizer que “no que diz respeito àqueles para os quais não existe espaço no mercado de trabalho, os Estados se encontram diante de duas alternativas: financiar o reforço das forças policiais e construir novos cárceres para alojar a sempre maior classe dos criminosos, ou financiar formas alternativas de trabalho no terceiro setor”. O “terceiro setor” desenvolveu-se, nesse quadro, como o “outro lado” da recente destruição das conquistas sociais, nos mais diversos países. A oferta de um serviço em nome do *altruísmo* não supõe, em si, o reconhecimento do direito a ser ajudado, de que seriam portadores, como necessitados, os

setor, o negócio ‘humanitário’ e os ‘campos’, que vai semeando mundo afora nas fronteiras do novo imperialismo. Nesse terreno é que no fim dos 70 a nova esquerda, hoje nova direita, começou a embarcar na ‘era da emergência’, e emergência como sucedâneo da ultrapassada política do confronto, movida a ressentimento e outras paixões tristes. O novo espírito do capitalismo mora neste jargão da autenticidade empresarial cidadã, gerada entre o novo *management* flexível e as sobras ritualizadas do imaginário meia-oito, a derradeira isca a pôr de joelhos a esquerda agradecida.

Escaldado pela derrota de 89, o PT já pegou este bonde andando. Aos poucos o encaixe se tomou perfeito. Quando os distraídos abriram os olhos, CUT e Bank Boston já estavam namorando firme. O Banco Central foi apenas mais uma parceria”. Em resumo, “vivemos num estado de emergência econômica permanente, não é por nada que lá no centro do mundo volta e meia alguém proclama que o planeta está maduro para uma nova recolonização, dos territórios relevantes, é claro... a melhor imagem deste "admirável mundo novo do trabalho", é a da brasileiríssima empregada doméstica vivendo da mão para a boca, sem registro e direitos quase nenhum, ornada de trabalho elástica e indefinível, proprietária de um celular. Não me pergunte o que fazer. Só sei que a base de uma nova política é essa. Ou é melhor falar de outra coisa”.³⁸

Francisco (Chico) de Oliveira teve trajetória semelhante. Em entrevista recente, clamou pela “reinvenção da democracia”, tornada “irrelevante” pelo “novo capitalismo, globalizado e financeiro”.³⁹ Em texto de 2003, *O Ornitorrinco*, defendeu que a nação [brasileira] não está mais “em construção”, inacabada (como sustentara em *Crítica da*

beneficiários do próprio serviço. Enquanto o usuário de um serviço público tem reconhecido, enquanto cidadão, o direito de ser assistido e ajudado, o destinatário de um serviço do voluntariado, ou fornecido por uma organização não-lucrativa, é ajudado na base de uma relação assimétrica, o que o coloca numa situação de relativa inferioridade e de escassa incidência sobre os critérios da sua inclusão no rol dos beneficiários. Rifkin vê um futuro nebuloso que augura tempestades sem precedentes: “os crescentes níveis de desemprego global e a maior polarização entre ricos e pobres criam as condições para o surgimento de distúrbios sociais e uma guerra de classes aberta a uma escala mundial nunca antes experimentada na história humana”.

³⁸ *Folha de S. Paulo*, 18 de julho de 2004. O ponto (ou os pontos) de vista do Autor, sobre os mais diversos assuntos cobertos por este “decomposição da crítica”, estão amplamente expostos em: Paulo Eduardo Arantes. *Zero à Esquerda*. São Paulo, Conrad, 2004; coletânea que reúne textos escritos entre 1997 e 2001.

³⁹ Política além dos parlamentos. *Fórum* n° 18, São Paulo, julho de 2004.

Razão Dualista, de 1973), mas que teria se consumado num resultado, uma espécie de aborto, simbolizado no mamífero ovíparo de bico de pato, uma anomalia, que seria a melhor imagem do Brasil “realizado” neste novo capitalismo mundial. Diante do que, Chico reclama “uma nova radicalidade crítica”.⁴⁰

Na sua resenha do texto escrito por Chico em 1973, Leda Paulani lembra “suas colocações sobre o papel da burguesia nacional na manutenção dessa situação. Na *Crítica*, Chico argumentara que a singularidade desse subdesenvolvimento trazia em si a possibilidade de sua superação, desde que a burguesia nacional compartilhasse com as classes subordinadas o projeto emancipatório, basicamente, reforma agrária e crescimento da organização dos trabalhadores. Tomadas essas providências, a inserção do país na divisão internacional do trabalho permitiria a queima de etapas, possibilitada pelo padrão tecnológico então vigente, de acumulação por solução. O próprio Chico, porém, já constatava ali, desoladamente, que a burguesia nacional virara as costas a essa possibilidade, preferindo, em vez disso, aliar-se ao capital internacional, que já invadia fortemente seu reduto de classe, escolha essa que o golpe de 1964 apenas ratificara. Daí classificar o subdesenvolvimento não nos marcos das teorias evolucionistas, caracterizadas pela finalidade e pela ausência de consciência, mas considerá-lo como fenômeno passível de ser descrito weberianamente (uma ação com sentido), e marxianamente (a articulação das formas econômicas inclui a política como elemento estruturante).

Isso posto, o que foi feito desse subdesenvolvimento três décadas depois? Chico lamenta, mas informa seu passamento e reza-lhe a missa de réquiem. Desperdiçada a possibilidade anteriormente aberta, o acúmulo de mais quatro décadas de acumulação com concentração de renda e aumento da desigualdade e da exclusão e com a continuidade e exacerbamento da dependência financeira externa combinou-se com o advento da terceira revolução industrial, comandada, além de tudo, pelos imperativos da acumulação financeira, hoje predominantes em nível mundial. No paradigma molecular-digital, como Chico o

⁴⁰ Francisco de Oliveira. Oração a São Paulo: a tarefa da crítica. *Margem Esquerda* nº 2, São Paulo, novembro 2003-maio 2004.

denomina, o progresso técnico é incremental, impossibilitando a queima de etapas e o respiro de um *the day after*, quando já não se precisaria de elevadas taxas de investimento. Por conta disso, ele traz unidas ciência e tecnologia e está trancado nas patentes, não sendo, portanto, universalizável. Finalmente, ele é descartável e efêmero, exigindo um esforço de investimento que está sempre aquém das forças internas de acumulação dos países periféricos. Nesse contexto, o que resta a esses países a título de "desenvolvimento tecnológico" são apenas os bens de consumo, o descartável".⁴¹

E Leda lembra, corretamente, que quanto à análise da atitude da burguesia nacional “Chico enfatiza(va) o acerto, a esse respeito, de seu colega sociólogo Cardoso, agora mais conhecido como FHC”. Pois é esse exatamente o ponto; nenhuma “nova radicalidade crítica” poderá surgir se, antes, não se faz o acerto de contas com as premissas teóricas da crítica que, hoje, se declara ultrapassada. Não é isso que se faz, em geral, mas uma atualização baseada no mesmo *húmus* teórico-metodológico, enquanto FHC, por razões de Estado, declarava “esqueçam o que eu escrevi...”. O que acabou, no Brasil, não é a crítica, em geral, mas a variante crítica baseada na idéia de que o atraso e subordinação do país eram passíveis de uma “superação, desde que a burguesia nacional compartilhasse com as classes subordinadas o projeto emancipatório”. Idéia, diga-se de passagem, que o marxismo latino-americano já submetera à crítica há entre 80 e 90 anos.⁴²

⁴¹ Leda Paulani. Os trinta anos da *Crítica à Razão Dualista*, ou...que saudade do subdesenvolvimento! *Ibidem*. A idéia, em si mesma, não é nova: descrevendo a penetração do capital estrangeiro e a desnacionalização da economia brasileira nos anos 60-70, esta era descrita como “a trágica culminação da revolução burguesa num país periférico” (Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Brasil: nacionalismo, populismo y dictadura [50 años de crisis social]. In; Pablo González Casanova. *América Latina: História de Medio Siglo*. Vol. 1 [América del Sur], México, Siglo XXI, 1979). Lembremos também que Jacob Gorender recusou essa etiqüete para o processo histórico brasileiro: “Se é fato que a burguesia brasileira não se comportou como espectadora passiva dos acontecimentos históricos, também é verdadeiro que não precisou realizar uma revolução para se tornar classe dominante principal. Dadas as características da sua formação econômico-social, a revolução burguesa é uma categoria inaplicável à história do Brasil. A este respeito, nenhuma importância tem a ressalva acerca das revoluções democrático-burguesas de novo tipo, das revoluções burguesas "passivas" ou "por cima", "caminho prussiano", etc.” (Jacob Gorender. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 112). Em *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes chamava de “contra-revolução prolongada” a transformação capitalista da sociedade brasileira.

⁴² Cf. por exemplo as críticas dos marxistas argentinos ao dirigente do Partido Socialista, Juan B. Justo, ou a crítica do marxista cubano Julio Antonio Mella ao nacionalista peruano Victor Raúl Haya de la Torre, para não falar na própria tradição crítica do marxismo brasileiro, em especial os que criticaram a ANL na década de 1930, Mário Pedrosa à cabeça.

A história das idéias tem relativo grau de independência em relação à história econômica, social e política. A magnitude dessa autonomia varia, em períodos históricos e conjunturas diversas. Em períodos de crise, esse grau de independência se torna menor, atingindo, por vezes, um valor insignificante. A conclusão da história “geral” das últimas décadas é que não há saída para o Brasil fora da luta *internacional* contra o imperialismo capitalista. Ou, o que da na mesma, não existe saída “independente” para o Brasil. E essa conclusão não é uma imposição da *langue en bois*, mas o corolário inevitável do seu desenvolvimento histórico contemporâneo. Não há, tampouco, lugar específico para o Brasil, nessa luta, fora do contexto da unidade latino-americana, que a crítica nacionalista brasileira buscou ignorar de modo pertinaz.

Mas existem diversas tradições críticas no país. Uma “nova radicalidade crítica”, hoje reivindicada *urbi et orbi*, só poderia surgir do balanço crítico do desenvolvimento histórico mencionado, mas também da superação das ilusões da tradição crítica precedente: a crítica deve exercer-se sobre si própria, sob pena de cair na mesmice, que é o contrário do dever e da vocação do trabalho intelectual crítico que mereça esse adjetivo.